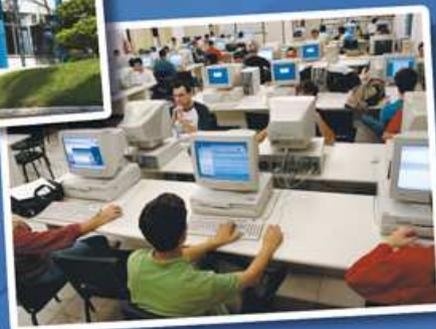


BALANÇO CRÍTICO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DA

Universidade Regional
de Blumenau

Período

2009/2011



furb.br



Reitoria Prof. João Natel Pollonio Machado

Vice-Reitoria Prof^a. Griseldes Fredel Boos

Gabinete da Reitoria Prof. Dilson Tomio

Procuradoria Geral Prof. Sidnei Antonio Bernardy

Controladoria Prof. Valter Augusto Krauss

Ouvidoria Prof. Leonir Alba

Pró-Reitoria de Administração Prof. Udo Schroeder

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante
Prof^a. Maria José Carvalho de Souza Domingues

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura Prof. Marcos
Rivail da Silva

Coordenadoria de Assuntos Estudantis Luis Valdemir Coelho de Bragas

Coordenadoria de Comunicação e Marketing Prof^a. Márcia Regina
Bronnemann

Coordenadoria de Relações Internacionais Prof. David Colin Morton Bilsland

Coordenadoria de Planejamento Flávia Keller Alves

Biblioteca Universitária Darlan Jevaer Schmitt

Instituto de Serviços, Pesquisa e Inovação Prof^a. Paulo César de Jesus

Rádio e Televisão Educativa Prof. Paulo Roberto Brandt

Escola Técnica do Vale do Itajaí Prof. Víctor César da Silva Nunes

Membros da CPA - Comissão Própria de Avaliação

Docentes:

Prof. Mauro Rogério da Silva – CCEN/ Coordenador da CPA

Prof. Hélio da Silva - CCSA

Prof. Lauri Amandio Schorn - CCT

Prof. George Ernesto da Silva - CCS

Profa. Maria José Ribeiro - CCE

Profa. Maria Aparecida Bernart Laux – CCJ

Prof. Nelson Afonso Garcia Santos – CCHC (até Julho/2014)

Profa. Adileia Aparecida Bernardo – CCHC (a parti de Agosto de 2014)

Servidores Técnico-Administrativos

Indicados pela Reitoria:

1 - Flávia Keller Alves

2 – Rose Mary Grether

Indicados pelo SINSEPES:

1 – Rita de Cássia da Silveira Cordeiro

2 – (sem indicação)

Diretório Central dos Estudantes:

1 – Franciele Schmitz

2 – (sem indicação)

Representantes da Comunidade Externa:

1 - (sem indicação)

2 - (sem indicação)

Elaboração, organização e revisão do Balanço Crítico:

Membros da CPA

Capa:

Coordenadoria de Comunicação e Marketing – CCM

Distribuição:

CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rua Antônio da Veiga, 140, Bloco M, Sala 106

CEP: 89012-900

Blumenau – SC

E-mail: cpa@furb.br

Fone: (47) 3321-0374

1 – Introdução

O Balanço Crítico representa uma ferramenta adequada para mensurar o grau de apropriação da gestão universitária dos resultados dos processos avaliativos institucionais, especialmente em relação aos indicadores que apresentam fragilidades (pontos frágeis), apontados nos relatórios de autoavaliação. Após três processos de avaliação interna, conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, e um processo de avaliação externa, realizado pelo CEE/SC em Agosto de 2010, observa-se um avanço no alinhamento entre o planejamento de ações institucionais e os resultados da autoavaliação.

As informações obtidas para elaboração do Balanço Crítico publicado em 2010 mostraram que, das fragilidades apontadas pela CPA no relatório de autoavaliação (2006 -2008) com 60 recomendações para melhorias, a FURB planejou 169 ações administrativas, das quais 115 foram concluídas. Quanto às ações acadêmicas (graduação e pós-graduação), 14 ações foram planejadas pela instituição e 07 concluídas. Observou-se, portanto, que para algumas recomendações feitas pela CPA mais de uma ação foi iniciada pela instituição. Outras práticas adotadas pela gestão da FURB, nesse período, demonstram a preocupação institucional em relação às informações contidas nos relatórios de autoavaliação:

- As reuniões de planejamento do Colegiado da Reitoria passaram a incorporar os resultados da avaliação externa, realizada pelo CEE/SC/MEC, e interna, conduzida pela CPA.
- A criação da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI – COPERA-PDI (CONSUNI - 16/06/2011), que com o apoio da comunidade acadêmica revisou o documento vigente (2010-2015) e passou a ser responsável por sua revisão bem como pelo acompanhamento do alcance das metas, de forma periódica e sistemática.
- O Relatório de Atividades Institucionais, publicado anualmente pela COPLAN, passou a ser organizado em capítulos correspondentes às dimensões do SINAES, o que tem facilitado a coleta de dados quantitativos pela CPA.

Nesse contexto, a CPA também tem buscado aprimorar a condução de seus processos e, para tanto, objetiva estabelecer um **Instrumento de Autoavaliação Institucional** como norteador da autoavaliação na FURB. A comissão entende que, quanto mais alinhado estiver o processo de avaliação interna com as diretrizes da política do SINAES, mais efetivo será o monitoramento do desempenho institucional.

O Balanço Crítico tem a função, primeiramente, de aferir se a instituição realmente vem acatando as recomendações dadas pela CPA e pela comunidade acadêmica em seus processos de autoavaliação. Num segundo momento, esse documento permite uma reflexão a respeito da necessidade de aperfeiçoamento do processo de autoavaliação. Por fim, o Balanço Crítico tem a função de trazer informações que permitem adequações pedagógicas, administrativas e de inserção comunitária, para o desenvolvimento do estudante, da instituição e da sociedade.

A partir da descrição das ações realizadas pela gestão para superar as fragilidades identificadas na autoavaliação, será feita a comparação entre a coluna 2 (recomendações da CPA) e a coluna 3 (ações planejadas e/ou implementadas), em contraste com a coluna 1 (pontos frágeis). Os comentários ao final de cada dimensão têm como objetivo evidenciar o grau de atendimento da gestão universitária às recomendações dadas pela comunidade universitária no processo autoavaliativo. Para essa análise adotar-se-á três níveis de avaliação¹, a saber:

- Nível 1 – Não houve ação ou a ação não modificou as fragilidades;
- Nível 2 – As ações tomadas modificaram parcialmente o quadro, reduzindo as fragilidades;
- Nível 3 - As ações tomadas sanaram totalmente ou quase completamente as fragilidades apontadas pela CPA.

¹ Os níveis de avaliação adotados contemplam os conceitos (de 0 a 5) dos Quadros/Planilhas Avaliativas.

DIMENSÃO 1 - A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 1 - Planilha Avaliativa - Dimensão 1

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
1.1. Missão, Visão e Objetivos institucionais						
1.1.1. Adequação da Missão e da Visão institucional ao contexto no qual está inserida.				x		
1.1.2. Coerência entre a missão e os objetivos/finalidades institucionais.						x
1.1.3. Tradução dos/as objetivos/finalidades em ações (projetos) na realidade institucional.		x				
1.1.4. Alcance das metas definidas no PDI.				x		
1.2. Implementação do PDI						
1.2.1. Grau de apropriação do PDI pela comunidade interna.		x				
1.2.2. Participação dos dirigentes da Instituição na construção do PDI.		x				
1.2.3. Participação da comunidade universitária na elaboração do PDI.		x				
1.2.4. Comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do PDI		x				
1.2.5. Coerência das diretrizes institucionais do PDI com o PPI.						x
1.3. Contexto socioeconômico regional						
1.3.1. Articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional.				x		
1.3.2. Coerência entre as políticas definidas pela FURB e os programas e projetos em desenvolvimento no contexto socioeconômico regional.					x	
1.4. Perfil do ingressante e do egresso						
1.4.1. Identificação do perfil dos ingressantes pela instituição.						x
1.4.2. Coerência entre formação recebida e atuação profissional (perfil do egresso).					x	
1.4.3. Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos (base de dados de informações atualizadas).			x			
1.4.4. Retorno do egresso da graduação para cursos de formação continuada.					x	
1.5. Articulação entre o PDI* e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas)						
1.5.1. Utilização dos resultados dos processos de avaliação (interna e externa) para revisão do PDI.			x			
1.5.2. Existência de ações administrativas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa.					x	
1.5.3. Existência de ações acadêmicas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa.					x	

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;
 Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;
 Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 2 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 1

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 1
<ul style="list-style-type: none"> • Coerência entre a missão e os objetivos/finalidades institucionais • Coerência das diretrizes institucionais do PDI com o PPI • Coerência entre as políticas definidas pela FURB e os programas e projetos em desenvolvimento no contexto socioeconômico regional. • Identificação do perfil dos ingressantes pela instituição. • Coerência entre formação recebida e atuação profissional (perfil do egresso). • Retorno do egresso da graduação para cursos de formação continuada • Existência de ações administrativas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa. • Existência de ações acadêmicas decorrentes dos resultados da autoavaliação/ avaliação externa.
Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 1
<ul style="list-style-type: none"> • Adequação da Missão e da Visão institucional ao contexto no qual está inserida. • Alcance das metas definidas no PDI. • Tradução dos objetivos/finalidades em ações (projetos) na realidade institucional. • Grau de apropriação do PDI pela comunidade interna. • Participação dos dirigentes da Instituição na construção do PDI. • Participação da comunidade universitária na elaboração do PDI. • Comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do PDI • Articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional. • Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos (base de dados de informações atualizadas). • Utilização dos resultados dos processos de avaliação (interna e externa) para revisão do PDI.
Recomendações da CPA:
<ul style="list-style-type: none"> • Revisar a Missão, a Visão e os valores institucionais. • Estabelecer prazos para as metas definidas no PDI, quantificá-las. • Pautar as ações (projetos) institucionais nos objetivos e finalidades estabelecidos no PDI. • Promover a divulgação do PDI junto à comunidade universitária através de seminários. • Criar um sistema online de acesso ao PDI. • Sensibilizar a comunidade sobre a importância do PDI. • Considerar como horas de AACC a participação dos alunos, com declaração ou certificado de presença. • Pautar as ações institucionais nas metas e ações propostas no PDI. • Revisar periodicamente o PDI. • Utilizar a metodologia BSC (adequado aos SINAES) para analisar o desempenho do PDI.

- Promover ações que busquem, nos egressos da FURB, informações que possam nortear o desenvolvimento de cursos de pós/graduação voltados para a realidade do ex-aluno.
- Utilizar os resultados dos processos de avaliação para revisão do PDI como forma de corrigir ou melhorar o PDI.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 1	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Adequação da Missão e da Visão institucional ao contexto no qual está inserida.	Revisar a Missão, a Visão e os valores institucionais.	A Missão, a Visão e os valores institucionais foram revisados e adequados durante a revisão do PDI (2013/2014), aprovados pelo CONSUNI (Processo nº 028/2013 e Parecer nº 024/2013, em 17/10/2013), cujo texto encontra-se disponível no site da Universidade.
Alcance das metas definidas no PDI.	Estabelecer prazos para as metas definidas no PDI, quantificá-las.	Durante a revisão do PDI as metas foram quantificadas e desdobradas em estratégias de ações, para as quais foram estabelecidos prazos, bem como indicadores de alcance das mesmas e responsáveis.
Tradução dos/as objetivos/finalidades em ações (projetos) na realidade institucional.	Pautar as ações (projetos) institucionais nos objetivos e finalidades estabelecidos no PDI.	Para captação de recursos, via projetos institucionais, faz-se o encaminhamento do PDI como anexo, para conferência do alinhamento dos objetivos do projeto e da Universidade (PDI). As demais ações institucionais estão pautadas nos objetivos e finalidades estabelecidos no PDI (revisão 2013/2014).
Grau de apropriação do PDI pela comunidade interna.	Promover a divulgação do PDI junto à comunidade universitária através de seminários. Criar um sistema <i>online</i> de acesso ao PDI.	Uma vez aprovadas as dimensões do PDI pelo CONSUNI, o mesmo será divulgado por meio de ações de marketing, entrega do documento aos gestores (impresso) e <i>site</i> para consulta da comunidade universitária. Outra ação é a afixação de cartazes com a descrição da missão, visão e valores em cada sala de aula e espaços administrativos.
Participação dos dirigentes da Instituição na construção do PDI.	Sensibilizar a comunidade sobre a importância do PDI.	Toda a comunidade universitária (gestores e discentes) foi sistematicamente convidada a participar da revisão do PDI (construção participativa), por meio de mensagens eletrônicas, cartazes, redes sociais, site da FURB/notícias.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 1	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Participação da comunidade universitária na elaboração do PDI.	Considerar como horas de AACC a participação dos alunos, com declaração ou certificado de presença.	
Comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do PDI.	Pautar as ações institucionais nas metas e ações propostas no PDI.	O PDI vem sendo revisado (2013 e 2014) a fim de construir um documento que represente as demandas da comunidade universitária.
	Revisar periodicamente o PDI.	As metas e ações propostas no PDI (revisado em 2014) tomam por base a avaliação institucional (externa e interna). Assim, as ações institucionais estão pautadas nessas propostas.
Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos (base de dados de informações atualizadas).	Utilizar a metodologia BSC (adequado aos SINAES) para analisar o desempenho do PDI.	A FURB está participando, como IES piloto, na implementação do Mapa Estratégico da Educação Superior – MEES (em parceria com a UFSC/ UFSM), cujo software (SigMEES) operacionaliza o PDI (acompanhamento).
	Promover ações que busquem, nos egressos da FURB, informações que possam nortear o desenvolvimento de cursos de pós/graduação voltados para a realidade do ex-aluno.	Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: “Promover relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos”, com as seguintes ações: “a) Institucionalizar uma Política de Acompanhamento dos Egressos FURB. b) Criar uma base de dados com informações atualizadas dos egressos. c) Institucionalizar um canal de comunicação entre a FURB e os seus egressos.” Está em tramitação (encaminhada ao CONSUNI), a proposta de nova Resolução, ampliando os benefícios para um maior número de egressos.
Utilização dos resultados dos processos de avaliação (interna e externa) para revisão do PDI.	Utilizar os resultados dos processos de avaliação para revisão do PDI como forma de corrigir ou melhorar o PDI.	A revisão do PDI foi motivada pelos resultados da Avaliação Externa que ocorreu em 2010 (CEE/SC). Os resultados do processo de autoavaliação foram incorporados na definição das metas e ações, as quais devem ser realizadas para solução das fragilidades identificadas pela CPA.

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 1:

--

4 - Comentários da CPA:

Em relação à **Missão, Visão e Objetivos institucionais**, a Universidade modificou parcialmente o quadro, reduzindo algumas fragilidades. Com a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), iniciada em 2012 com a nomeação da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI (COPERA-PDI), observa-se um avanço significativo no que tange ao planejamento institucional. Houve a reformulação da Missão, Visão e Valores institucionais, bem como a definição de metas no PDI e o alinhamento das mesmas com as respectivas ações estratégicas e os resultados dos processos avaliativos, tanto internos quanto externos.

No que tange à **implementação do PDI** observou-se um esforço da COPERA-PDI em divulgar o processo de revisão do Plano, convidando a comunidade universitária a participar e contribuir, ou seja, um empenho institucional para que a construção do documento fosse efetivamente participativa. Ainda assim, se observa pouca participação institucional no desenvolvimento coletivo de suas políticas, aspecto que ainda requer melhorias.

Embora a FURB tenha estabelecido como meta no PDI, o **relacionamento com o egresso** e o **acompanhamento destes**, a ação não modificou as fragilidades, carecendo de políticas e ações institucionais que aproximem os ex-alunos e a Universidade. Além disso, não há, ainda, uma base de dados com informações atualizadas dos egressos, bem como um canal de comunicação efetivo.

No que diz respeito à **utilização dos resultados dos processos de avaliação (interna e externa) para revisão do PDI**, pode-se afirmar que os resultados dos processos de avaliação interna (Autoavaliação/CPA) e externa (CEE/SC) foram totalmente incorporados no planejamento institucional (PDI). Isso significa que as ações tomadas sanaram quase completamente as recomendações e as fragilidades apontadas pela CPA.

DIMENSÃO 2 - A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO

2.1 A POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO E SEQUENCIAIS

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 3 - Planilha Avaliativa – Dimensão 2.1

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
2.1.1. Coerência das políticas de ensino de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais com os documentos oficiais						
2.1.1.1 Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o PDI.					x	
2.1.1.2. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o PDI.			x			
2.1.1.3. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).				x		
2.1.1.4. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).		x				
2.1.1.5. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e a missão da Instituição.					x	
2.1.1.6. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e a missão da Instituição.		x				
2.1.1.7. Coerência entre a organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso.					x	
2.1.1.8. Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e as diretrizes curriculares definidas pelo MEC.					x	
2.1.2. Políticas institucionais para cursos de graduação e sequenciais, na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização						
2.1.2.1. Participação dos professores na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.					x	
2.1.2.2. Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos professores.				x		
2.1.2.3. Coerência entre as práticas implementadas na graduação com as políticas constantes nos PPC.				x		
2.1.2.4. Coerência entre as práticas implementadas nos cursos sequenciais com as políticas constantes nos PPC.		x				
2.1.2.5. Mecanismos de atualização e revisão sistemática da matriz curricular dos cursos.					x	
2.1.2.6. Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.).				x		
2.1.2.7. Existência de ambiente virtual de apoio ao ensino presencial.						x
2.1.2.8. Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias.				x		
2.1.2.9. Participação dos alunos na elaboração do			x			

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
Projeto Pedagógico do curso.						
2.1.2.10. Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos alunos.				x		
2.1.2.11. Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógicos, infraestrutura).			x			
2.1.2.12. Uso dos resultados das avaliações (interna) para o planejamento das atividades do ensino.				x		
2.1.2.13. Uso dos resultados das avaliações (externas) para o planejamento das atividades do ensino.				x		
2.1.2.14. Divulgação dos resultados de avaliação externa dos cursos para a comunidade acadêmica.						x
2.1.2.15. Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo no ensino de graduação.					x	
2.1.2.16. Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos sequenciais.			x			

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 4 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 2.1

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.1
<ul style="list-style-type: none"> • Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o PDI. • Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e a missão da Instituição. • Coerência entre a organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso. • Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e as diretrizes curriculares definidas pelo MEC. • Participação dos professores na elaboração do Projeto Pedagógico do curso. • Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos professores. • Mecanismos de atualização e revisão sistemática da matriz curricular dos cursos. • Existência de ambiente virtual de apoio ao ensino presencial. • Divulgação dos resultados de avaliação externa dos cursos para a comunidade acadêmica. • Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo no ensino de graduação.
Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.1
<ul style="list-style-type: none"> • Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o PDI. • Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). • Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). • Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e a missão da Instituição. • Coerência entre as práticas implementadas na graduação com as políticas constantes nos PPC. • Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.).

- Coerência entre as práticas implementadas nos cursos sequenciais com as políticas constantes nos PPC.
- Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias.
- Participação dos alunos na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.
- Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos alunos.
- Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógicos, infraestrutura.).
- Uso dos resultados das avaliações (interna) para o planejamento das atividades do ensino.
- Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos sequenciais.

Recomendações da CPA:

- Elaborar PPC para os cursos sequenciais.
- Definir/quantificar metas e ações no PDI com prazos definidos para esta modalidade de ensino (cursos sequenciais).
- Discutir o PPP da graduação de forma que se torne de fato o PPI.
- Inserir questões que trate do PPC do curso para o qual está se candidatando na prova do concurso docente.
- Disponibilizar os PPC para toda comunidade (acesso online).
- Possibilitar ao aluno optar por disciplinas em qualquer curso da universidade (mobilidade acadêmica) e que a mesma possa integrar o seu próprio currículo.
- Prever nos PPC essa possibilidade de flexibilização.
- Avançar em novas tecnologias no ensino (quadro interativo, melhorar o AVA).
- Adequar os sistemas de rede (wireless e a rede de internet) as demanda da universidade.
- Criar mecanismos que permitam uma participação mais significativa (dos alunos) tanto na elaboração, quanto na adequação e revisão.
- Disponibilizar os PPC para toda comunidade (acesso online).
- Criar estratégias de motivação junto aos alunos, para uma maior participação dos mesmos;
- Mostrar e divulgar os resultados da avaliação aos alunos
- Desenvolver trabalhos com os coordenadores dos cursos para incentivar um maior envolvimento dos acadêmicos neste processo (de avaliação)
- Informatizar os mecanismos de avaliação para a agilização do processo (de avaliação do ensino).
- Reestruturar o modelo de avaliação do ensino (docente, infraestrutura) atualmente aplicada.
- Estabelecer a amostra ideal para que a avaliação do ensino possa ser considerada para planejamento.
- Envolver e comprometer os coordenadores de curso no processo de avaliação do ensino.
- Planejar e melhorar as atividades de ensino como base os resultados das avaliações externas.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.1	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o PDI.	Elaborar PPC para os cursos sequenciais.	Os PPC dos cursos sequenciais estão sendo organizados. Estabelecido como meta na revisão do PDI com previsão para 2014/2.
Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).		Aguardar PPC dos cursos sequenciais para planejar ações efetivas.
Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos sequenciais e a missão da Instituição.		
Coerência entre as práticas implementadas nos cursos sequenciais com as políticas constantes nos PPC.		
Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos sequenciais.	Definir/quantificar metas e ações no PDI com prazos definidos para esta modalidade de ensino (cursos sequenciais).	A serem definidas no PPC
Coerência entre o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos professores.	Discutir o PPP da graduação de forma que se torne de fato o PPI. Inserir questões que trate do PPC do curso para o qual está se candidatando na prova do concurso docente. Disponibilizar os PPC para toda comunidade (acesso online).	<ol style="list-style-type: none"> 1- Revisão das Políticas dos cursos de licenciaturas- concluída aguardando encaminhamento ao CEPE; 2- Instalação da Comissão de revisão do PPP da graduação (bacharelado) – em andamento; 3- A cada reformulação de PPC garantia dos princípios e diretrizes do PPI; 4- Aprovação de resolução para os estágios obrigatórios e não obrigatórios – resolução 22/2014; 5- Aprovação da resolução sobre os temas transversais – resolução 17/2014 6- Através da participação dos docentes nos processos de revisão/reformulações dos PPC; 7- Através da oferta sistemática de oficinas/cursos/ seminários, aos professores, sobre os projetos específicos de cada curso; 8- Através da participação dos professores como membros efetivos dos NDEs e /ou Colegiados dos cursos. 9- Através da inclusão dos objetivos dos cursos no Plano de Ensino; 10- Através da análise dos Planos de

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.1	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
		Ensino pelas coordenações dos cursos – destacando para a coerência com os PPC.
Coerência entre as práticas implementadas na graduação com as políticas constantes nos PPC.	Disponibilizar os PPC para toda comunidade (acesso online).	1- As políticas constantes dos PPC estão sendo afinadas às diretrizes e princípios do PPI; 2- As práticas macros para a graduação são programadas a partir das demandas constantes dos PPC; 3- Para que as práticas possam acontecer são formulados orçamentos e planos departamentais; 4- Incluir nos planos de ensino (parte fixa) diretrizes, missão e princípios do PDI.
Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.).	Possibilitar ao aluno optar por disciplinas em qualquer curso da universidade (mobilidade acadêmica) e que a mesma possa integrar o seu próprio currículo. Prever nos PPC essa possibilidade de flexibilização.	1- A maioria das matrizes curriculares contemplam um leque de componentes curriculares (disciplinas) optativos; 2- Todos os cursos contemplam carga horária de AACCs – Atividades Acadêmico-Científicas- Culturais; 3- As matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura contemplam o EAL – eixo de articulação das licenciaturas e as dos cursos de bacharelado os eixos geral e de articulação;
Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias.	Avançar em novas tecnologias no ensino (quadro interativo, melhorar o AVA). Adequar o sistema de rede (wireless e a rede de internet) as demanda da universidade.	1- Oferta sistemática de formação continuada; 2- Inovação dos Ambientes de aprendizagem; 3- Implantação do LIFE; 4- Todos os ambientes acadêmicos estão com cobertura de rede.
Participação dos alunos na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.	Criar um mecanismo que permitam uma participação mais significativa (dos alunos) tanto na elaboração, quanto na adequação e revisão.	1- Os estudantes da FURB são membros representativos em todos os conselhos setoriais e superiores; 2- Convites para participação nos eventos sobre as discussões dos PPC; 3- Criação do Fórum semestral de Avaliação com os CA/DCE.
Apropriação do Projeto Pedagógico do curso pelos alunos.	Disponibilizar os PPC para toda comunidade (acesso online).	1- Através das participações nas reuniões dos conselhos setoriais e superiores; 2- Através do acompanhamento dos Planos de Ensino dos professores; 3- Através dos PPC disponibilizados no AVA; Revisão dos PPC para disponibilizar na página da FURB

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.1	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático/pedagógicos, infraestrutura).	Criar estratégias de motivação junto aos alunos, para uma maior participação dos mesmos;	1- Aplicação do instrumento de avaliação do ensino e infraestrutura, semestralmente. 2- Incentivo através de mídias inovadoras.
	Mostrar e divulgar os resultados da avaliação aos alunos	Divulgação aos CAs através do Fórum de Avaliação.
	Desenvolver trabalhos com os coordenadores dos cursos para incentivar um maior envolvimento dos acadêmicos neste processo (de avaliação)	Relacionar a participação estudantil com os conceitos atribuídos ao curso – nos programas de formação continuada dos coordenadores e NDEs.
	Informatizar todos os mecanismos de avaliação para a agilização deste processo.	Já estão todos informatizados
Uso dos resultados das avaliações (interna) para o planejamento das atividades do ensino.	Reestruturar o modelo de avaliação do ensino (docente, infraestrutura) atualmente aplicada. Estabelecer a amostra ideal para que a avaliação do ensino possa ser considerada para planejamento. Envolver e comprometer os coordenadores de curso no processo de avaliação do ensino.	1- Resultados divulgados para os gestores – tomada de decisões; 2- Resultados divulgados, pessoalmente, aos professores para autoavaliação; 3- Criação do Núcleo de Avaliação vinculado à PROEN – objetivo de aperfeiçoamento constante do processo.
Uso dos resultados das avaliações (externas) para o planejamento das atividades do ensino.	Planejar o e melhorar as atividades de ensino com base os resultados das avaliações externas.	1- Discussão sistemática com os envolvidos a cada etapa avaliada; 2- Foco dos resultados no planejamento das atividades de ensino.

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 2.1:

Seminários constantes com gestores, docentes e servidores sobre o processo ensino aprendizagem – com foco na qualidade.
Atendimento especial aos docentes através do trabalho de Assessoria Pedagógica em cada uma das sete unidades universitárias.
Revisão permanente dos PPC à luz das DCNs e políticas do PDI da FURB.
Assessoria Pedagógica para assuntos de Educação Especial para todas as unidades – Inclusão.

4 - Comentários da CPA:

Em relação à **coerência das políticas de ensino de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais com os documentos oficiais** e às **políticas institucionais para cursos de graduação e sequenciais, na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização**, as ações tomadas modificaram parcialmente o quadro apresentado. Observa-se que existe coerência entre as políticas de graduação com os documentos oficiais. Também ficou evidenciada a participação e a apropriação do PPC pelos professores, durante o processo de construção e implantação dos projetos pedagógicos dos cursos.

No entanto, algumas fragilidades permaneceram, como a elaboração do PPC para os cursos sequenciais, bem como a não deflagração de ações para uma participação mais significativa dos discentes na construção dos PPC dos cursos. Também há questões pendentes em relação à avaliação de ensino, cujo processo existe, porém sem eficácia, o qual necessita de ações para sua efetiva implementação.

2.2 A POLÍTICA PARA A PESQUISA

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 5 - Planilha Avaliativa - Dimensão 2.2

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
2.2.1. Mecanismos institucionalizados de estímulo à produção científica e tecnológica e sua divulgação.						
2.2.1.1 Mecanismos implementados de estímulo à produção científica e tecnológica na FURB.				x		
2.2.1.2. Mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB.				x		
2.2.1.3. Existência de eventos científicos para difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica.				x		
2.2.1.4. Existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica				x		
2.2.1.5. Existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.				x		
2.2.1.6. Participação dos professores em eventos científicos				x		
2.2.1.7. Apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica.					x	
2.2.1.8. Existência de apoio institucionalizado para participação dos docentes em eventos científicos.				x		
2.2.1.9. Existência de apoio institucionalizado para participação de discentes em eventos científicos.				x		
2.2.1.10. Publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados.				x		
2.2.2. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.						

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
2.2.2.1. Cadastramento dos Grupos de pesquisa no CNPq.					x	
2.2.2.2. Eixos/linhas de pesquisa institucionalmente definidos, de acordo com as exigências legais.					x	
2.2.2.3. Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos cursos (PPC).					x	
2.2.2.4. Promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente.					x	
2.2.2.5. Apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica.				x		
2.2.2.6. Dimensão ética nas práticas de pesquisa (seres humanos, animais e meio ambiente).					x	
2.2.2.7. Captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa.				x		
2.2.2.8. Apresentação pelos professores de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.				x		
2.2.2.9. Bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações).				x		
2.2.2.10. Participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa.			x			
2.2.2.11. Recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica.				x		
2.2.2.12. Apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento.				x		
2.2.2.13. Mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPe/Art. 170 e outros).				x		
2.2.2.14. Critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica.						x
2.2.2.15. Coerência das linhas/eixos dos projetos de Iniciação Científica com as políticas definidas nos Departamentos.				x		
2.2.2.16. Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica.				x		
2.2.2.17. Apresentação pelos professores de resultados de Iniciação Científica em eventos científicos.				x		

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 6 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 2.2

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.2
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica.

- Cadastramento dos Grupos de pesquisa no CNPq.
- Eixos/linhas de pesquisa institucionalmente definidos, de acordo com as exigências legais.
- Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos cursos (PPC).
- Promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente.
- Dimensão ética nas práticas de pesquisa (seres humanos, animais e meio ambiente).
- Critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica.
- Coerência das linhas/eixos dos projetos de Iniciação Científica com as políticas definidas nos Departamentos.
- Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.2

- Mecanismos implementados de estímulo à produção científica e tecnológica na FURB.
- Mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB.
- Existência de eventos científicos para difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica.
- Existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.
- Existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.
- Participação dos professores em eventos científicos.
- Existência de apoio institucionalizado para participação dos docentes em eventos científicos.
- Existência de apoio institucionalizado para participação de discentes em eventos científicos
- Publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados.
- Apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica.
- Captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa.
- Apresentação pelos professores de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.
- Bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações...).
- Participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa.
- Recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica.
- Apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento.
- Mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE/Art. 170 e outros).
- Coerência das linhas/eixos dos projetos de Iniciação Científica com as políticas definidas nos Departamentos.
- Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica.
- Apresentação pelos professores de resultados de Iniciação Científica em eventos científicos.

Recomendações da CPA:

- Aprimorar suas práticas através do apoio permanente à pesquisa.
- Desenvolver uma sistemática de registro e avaliação da produção científica.
- Qualificar a MIPE para dar mais visibilidade dos nossos resultados da produção científica e tecnológica com vista a transformar a mostra num congresso.
- Auxiliar no custeio de taxas de inscrições e ou envio de trabalhos para publicação em revistas científicas.
- Criar mecanismos que quantifique melhor o número de pesquisadores, captação per capita.
- Registrar os projetos apresentados (não somente os aprovados), para a instituição

saber o seu desempenho como proponente de projetos.

- Criar uma sistemática de acompanhamento e registro da existência dos vínculos de bolsas.
- Assegurar que todos os alunos que executam atividades de pesquisa voluntária (Iniciação Científica Voluntária) tenham registro.
- Tornar mais transparentes as formas com que os recursos são disponibilizados em cada rubrica.
- Alinhar a produção científica da IES e os objetivos e linhas de pesquisa dos cursos (PPC).
- Auxiliar no custeio de taxas de inscrições e ou envio de trabalhos para publicação em revistas científicas.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.2	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Mecanismos implementados de estímulo à produção científica e tecnológica na FURB.	Aprimorar suas práticas através do apoio permanente à pesquisa.	Vários mecanismos de estímulo à produção científica e tecnológica na FURB foram implementados. Dentre eles temos: a redução de carga horária para docentes com perfil para a pesquisa e extensão; a concessão de horas a professores tanto para ajudar na confecção de artigos em língua inglesa quanto para ajudar o docente nas questões envolvendo o uso da estatística; a criação do escritório de projetos para auxiliar nas questões de orçamento e prestação de contas; o oferecimento de cursos de formação visando a confecção de projetos e artigos científicos; entre outros.
Existência de formas de divulgação da produção acadêmico/científica e tecnológica.		Além da MIPE, temos as revistas científicas da FURB e o encaminhamento desta produção para outras formas de divulgação externas.
Mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB.	Desenvolver uma sistemática de registro e avaliação da produção científica.	O Sistema de registro da pesquisa e extensão – SIPEX tem sido continuamente melhorado para dar maiores respostas as questões envolvendo o processo de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB.
Existência de eventos científicos para difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico/científica.	Qualificar a MIPE para dar mais visibilidade dos nossos resultados da produção científica e tecnológica com vista a transformar a mostra num congresso.	A MIPE vem sendo continuamente melhorada no sentido de um maior rigor na difusão das atividades de pesquisa e extensão sendo que atualmente já abriga atividades de ensino desenvolvidas no PIBID e no PARFOR além de este ano abrigar os clubes de ciências das escolas publicas da região.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.2	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
<p>Existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico/científica e tecnológica.</p> <p>Participação dos professores em eventos científicos.</p> <p>Existência de apoio institucionalizado para participação dos docentes em eventos científicos.</p> <p>Existência de apoio institucionalizado para participação de discentes em eventos científicos</p> <p>Publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados.</p> <p>Apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica.</p>	<p>Auxiliar no custeio de taxas de inscrições e ou envio de trabalhos para publicação em revistas científicas.</p>	<p>Recursos provenientes do FUNAPES e do Programa de apoio a pesquisa da CAPES são utilizados para esta finalidade.</p>
<p>Captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa.</p> <p>Apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento.</p>	<p>Criar mecanismos que quantifiquem melhor o número de pesquisadores, captação <i>per capita</i>.</p>	<p>A melhoria constante do SIPEX irá proporcionar uma maior visibilidade tanto a apresentação quanto a aprovação e execução de projetos.</p> <p>Tanto a DAP quanto a DAEX tem envidado esforços para apresentar aos docentes as oportunidades que os órgãos de fomento externo apresentam. Cada edital lançado envolve um processo de comunicação para que os envolvidos tenham conhecimento e possam participar do mesmo.</p>
<p>Apresentação pelos professores de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.</p>	<p>Registrar os projetos apresentados (não somente os aprovados), para a instituição saber o seu desempenho como proponente de projetos.</p>	<p>A melhoria constante do SIPEX irá proporcionar uma maior visibilidade tanto a apresentação quanto a aprovação e execução de projetos.</p>
<p>Bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações...).</p>	<p>Criar uma sistemática de acompanhamento e registro da existência dos vínculos de bolsas.</p>	<p>Este acompanhamento e registro já existe na DAP e na DAEX.</p>

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.2	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa.	Assegurar que todos os alunos que executam atividades de pesquisa voluntária (Iniciação Científica Voluntária) tenham registro.	A presença de alunos voluntários em atividades de pesquisa e extensão na FURB encontra apoio na PROPEX mas principalmente, nos departamentos que mantém inclusive listas com nomes para que os pesquisadores possam contatar. Uma vez iniciada a atividade, através da submissão do projeto ao SIPEX, o controle e registro é efetuado.
Mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE/Art. 170 e outros).		As bolsas PIBIC, PIBITI, PIPE e outras são divulgadas, disputadas a partir de um edital específico no sentido de envolver alunos nas atividades de pesquisa e extensão.
Recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica.	Tornar mais transparentes as formas com que os recursos são disponibilizados em cada rubrica.	Os recursos do orçamento da FURB destinados as atividades de pesquisa e extensão estão rubricadas no Fundo de Apoio a Pesquisa – FUNAPES, sendo aplicadas no custeio envolvendo serviços de terceiro pessoa física, jurídica e material de consumo. Atualmente são destinados R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais) ano para estas atividades.
Coerência das linhas/eixos dos projetos de Iniciação Científica com as políticas definidas nos Departamentos.	Alinhar a produção científica da IES e os objetivos e linhas de pesquisa dos cursos (PPC).	Grande parte da produção científica é realizada nos programas de pós-graduação <i>stricto-sensu</i> que por sua natureza possuem linhas de pesquisa definidas, com a participação de docentes oriundos dos departamentos.
Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica.	Auxiliar no custeio de taxas de inscrições e ou envio de trabalhos para publicação em revistas científicas.	As bolsas do PIBIC possuem um recurso de R\$ 1.000,00 (mil reais) para custeio das atividades de iniciação científica. Outras bolsas contam com os recursos oriundos de projetos aprovados pelos pesquisadores e do PROAP, recurso da CAPES para os programas de pós-graduação <i>stricto-sensu</i> .
Apresentação pelos professores de resultados de Iniciação Científica em eventos científicos.		Os resultados da Iniciação Científica são obrigatoriamente apresentados na MIPE e diversos trabalhos são apresentados em eventos externos.

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 2.2:

--

4 - Comentários da CPA:

Com o resgate do processo de confecção dos planos departamentais, que estão em fase de tramitação, a Universidade vem alinhando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, quanto aos **mecanismos institucionalizados de estímulo à produção científica e tecnológica e sua divulgação**, ainda não foram criados mecanismos que quantifiquem o número de pesquisadores na IES, bem como o número de projetos apresentados, sendo apenas considerados os aprovados. Também não se tem registro dos pesquisadores voluntários existentes na iniciação científica. Verifica-se, ainda, o pouco incentivo à produção científica e tecnológica, bem como à sua avaliação e divulgação. A CPA entende que há ações, porém estas estão em curso, e ainda não modificaram as fragilidades desse indicador.

Em relação às **políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização**, observa-se que não há apoio institucionalizado para a participação de docentes e discentes em eventos, nem apoio aos pesquisadores para a captação de recursos. No entanto, está sendo realizado um cadastramento dos grupos de pesquisa junto ao CNPq. Os grupos atendem aos eixos e às linhas de pesquisa dos cursos e evidenciam uma dimensão ética nas práticas de pesquisa. Existem ainda, na IES, critérios definidos de seleção de alunos e concessão de bolsas para iniciação científica. Assim, observa-se que as ações modificaram parcialmente o quadro

2.3 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 7 - Planilha Avaliativa – Dimensão 2.3

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
2.3.1. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.						
2.3.1.1. Atividades de extensão coerentes com as políticas do PDI.					x	
2.3.1.2. Atividades de extensão coerentes com as políticas do PPI.					x	
2.3.1.3. Mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão.				x		
2.3.1.4. Mecanismos de estímulo à realização de cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação prioritariamente nas áreas temáticas da Comunicação, Cultura, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Tecnologia e Trabalho.				x		
2.3.1.5. Mecanismos de avaliação das ações de extensão nas diferentes áreas, que permitam verificar se estão alcançando o impacto proporcional ao apoio da FURB.					x	
2.3.1.6. Realização de eventos e prestação de serviços coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB.					x	

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
2.3.1.7. Integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.				x		
2.3.1.8. Envolvimento de professores de graduação com as atividades de extensão				x		
2.3.1.9. Envolvimento de alunos de graduação nas atividades de extensão.				x		
2.3.1.10. Envolvimento de professores pesquisadores nas atividades de extensão.					x	
2.3.1.11. Envolvimento de técnicos administrativos nas atividades de extensão				x		
2.3.1.12. Envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão.					x	
2.3.1.13. Mecanismos de prestação de serviços para professores e alunos simularem vivências profissionais e transmitir conhecimentos aos setores da comunidade.					x	
2.3.1.14. Utilização de laboratórios e pessoal (docentes, discentes e técnicos) que possibilite sua utilização em prestação de serviços a terceiros.				x		
2.3.1.15. Desenvolvimento de pesquisas cujo objetivo sejam abordar problemáticas levantadas nas atividades de extensão.				x		
2.3.1.16. Divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB.				x		
2.3.1.17. Projetos de extensão que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável ou para a geração de emprego e renda.					x	
2.3.1.18. Projetos de extensão que propiciaram a melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa.					x	

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 8 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 2.3

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.3
<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de extensão coerentes com as políticas do PDI. • Atividades de extensão coerentes com as políticas do PPI. • Mecanismos de avaliação das ações de extensão nas diferentes áreas, que permitam verificar se estão alcançando o impacto proporcional ao apoio da FURB. • Realização de eventos e prestação de serviços coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB. • Envolvimento de professores pesquisadores nas atividades de extensão.

- Envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão.
- Mecanismos de prestação de serviços para professores e alunos simularem vivências profissionais e transmitirem conhecimentos aos setores da comunidade.
- Projetos de extensão que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável ou para a geração de emprego e renda.
- Projetos de extensão que propiciaram a melhoria e a inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.3

- Mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão.
- Mecanismos de estímulo à realização de cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação **prioritariamente** nas áreas temáticas da Comunicação, Cultura, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Tecnologia e Trabalho.
- Integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.
- Envolvimento de professores de graduação com as atividades de extensão .
- Envolvimento de alunos de graduação nas atividades de extensão.
- Envolvimento de técnicos administrativos nas atividades de extensão.
- Utilização de laboratórios e pessoal (docentes, discentes e técnicos) que possibilite sua utilização em prestação de serviços a terceiros.
- Desenvolvimento de pesquisas cujo objetivo seja abordar problemáticas levantadas nas atividades de extensão.
- Divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB.

Recomendações da CPA:

- Repensar os mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão, envolvendo mais docentes e técnico-administrativos.
- Pagar por serviços extraordinários (para cursos ou prestação de serviços que geram receitas)
- Valorizar editais de extensão que integrem as atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa
- Ampliar a prestação de serviço dos laboratórios específicos.
- Divulgar com mais intensidade, para a comunidade na qual está inserida, as ações de extensão da FURB.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.3	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão.	Repensar os mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão, envolvendo mais docentes e técnico-administrativos.	Ação correlacionada ao estímulo à realização de programas e projetos de extensão de acordo com a minuta de resolução que “Dispõe sobre os critérios de avaliação da extensão universitária e normatiza o processo de avaliação dos docentes em Tempo Integral nas atividades de extensão universitária na Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB”. Abrange tanto os parâmetros de avaliação das propostas e extensão, como avalia os docentes nessa atividade. Acredita-se
Envolvimento de professores de graduação com as atividades		

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.3	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
extensão		que a pontuação proposta na resolução pode estimular o docente. Divulgação de editais externos de apoio à extensão, tendo as horas docentes como contrapartida da instituição.
Envolvimento de técnicos administrativos nas atividades de extensão		Já quanto à questão dos técnicos-administrativos, atribui-se à questão à gestão de pessoas, pois mesmo os técnicos de nível superior, com autorização para a extensão, não se dedicam à atividade, supostamente por falta da pontuação na carreira.
Mecanismos de estímulo à realização de cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação prioritariamente nas áreas temáticas da Comunicação, Cultura, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Tecnologia e Trabalho.	Pagar por serviços extraordinários (para cursos ou prestação de serviços que geram receitas)	A Resolução nº 06/2012 permite o pagamento a docentes por cursos, mas não inclui a extensão. Necessária a revisão dessa resolução.
Integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.		Não foi viabilizado edital integrado entre ensino, pesquisa e extensão.
Envolvimento de alunos de graduação nas atividades de extensão.	Valorizar editais de extensão que integrem as atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.	Uma ação viabilizada, por força externa, foi o Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional, cujo fomento estimula a interação das áreas fins da universidade. Há pesquisas em curso sobre a extensão, viabilizadas por edital externo, e coordenadas pela Divisão de Apoio à Extensão.
Desenvolvimento de pesquisas cujo objetivo sejam abordar problemáticas levantadas nas atividades de extensão.		Há urgentemente que ser pensada a integração de propostas de extensão e pesquisa na submissão de programas/projetos.
Utilização de laboratórios e pessoal (docentes, discentes e técnicos) que possibilite sua utilização em prestação de serviços a terceiros.	Ampliar a prestação de serviço dos laboratórios específicos.	Os Laboratórios de prestação de serviço já existentes foram departamentalizados. Manteve-se a política de qualidade dos ensaios ofertados à comunidade externa e interna pela normal ISO/IEC NBR 17025, onde alguns ensaios se mantêm Acreditados segundo a Cgcre/INMETRO. O Instituto FURB passou a gerenciar as

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.3	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
		<p>atividades de prestação de serviços e mapear no âmbito Institucional Corpo Técnico que poderá atender a demanda de serviços solicitados.</p> <p>Nova estruturação e adequação dos laboratórios se fazem necessários à realidade do mercado. Necessidade de implementação de uma política de venda de serviços.</p> <p>Foi iniciada atividade de identificação das potencialidades dos profissionais da FURB.</p>
Divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB.	Divulgar com mais intensidade, para a comunidade na qual está inserida, as ações de extensão da FURB.	<p>Foi qualificado o site da FURB, especificamente o link “relação com a comunidade” - http://www.furb.br/web/1003/relacao-com-a-comunidade</p> <p>Pretende-se dinamizar a divulgação de notícias decorrentes dos programas de extensão.</p>

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 2.3:

Recomposição do quadro técnico da Divisão de Apoio à Extensão, o que permitirá atualizar e/ou modelar novos processos e propostas de política.

4 - Comentários da CPA:

A extensão ocorre de forma institucionalizada. Entretanto, em relação às **políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social**, a CPA entende que ainda é pequena a carga horária dedicada pelos professores e técnico-administrativos à extensão, havendo pouco estímulo por parte da IES à realização de projetos e programas. Há carência de estímulos à realização de cursos, prestação de serviços, eventos, produção e publicação na área de extensão, bem como de editais de extensão que integrem as atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa. Nesse sentido, percebe-se que não houve ação ou a ação não modificou as fragilidades.

Por outro lado, a prestação de serviço dos laboratórios específicos foi ampliada a partir da reestruturação do Instituto FURB, que passou a gerenciar essas atividades e mapear as competências dos servidores para atender a demanda. Além disso, as ações de extensão passaram a ser divulgadas com mais intensidade. Assim, observa-se que essas ações modificaram parcialmente o quadro, reduzindo as fragilidades.

2.4 POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 9 - Planilha Avaliativa – Dimensão 2.4

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
2.4.1 Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>lato sensu</i>*) e suas formas de operacionalização.						
2.4.1.1. Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>lato sensu</i> com as metas do PDI.			x			
2.4.1.2. Coerência entre as práticas implementadas na pós-graduação <i>lato sensu</i> com as políticas estabelecidas no PDI.					x	
2.4.1.3. Existência de vinculação entre a oferta de cursos especialização e a formação com as necessidades regionais.					x	
2.4.1.4. Atuação dos professores da pós-graduação <i>lato sensu</i> no ensino de graduação.			x			
2.4.1.5. Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>lato sensu</i> e graduação.		x				
2.4.2. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>) e suas formas de operacionalização						
2.4.2.1. Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i> com as metas do PDI.				x		
2.4.2.2. Autorização e reconhecimento dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> pelos órgãos competentes (CAPES).						x
2.4.2.3. Reconhecimento e credenciamento de no mínimo 4 (quatro) cursos de Mestrado pelos órgãos competentes (CAPES).						x
2.4.2.4. Reconhecimento e credenciamento de no mínimo 2 (dois) cursos de Doutorado pelos órgãos competentes (CAPES).		x				
2.4.2.5. Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas (<i>stricto sensu</i>).				x		
2.4.2.6. Integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa dos departamento e/ou dos programas <i>stricto sensu</i> .						x
2.4.2.7. Existência de órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> adequadas a assegurar a infraestrutura, a logística, oferta de bolsas, suprimento de materiais, entre outros.				x		
2.4.2.8. Existência de programas de bolsa de fomento à formação acadêmico-científica (<i>stricto sensu</i>), regulamentados e institucionalizados (atuação permanente e consolidada).						x
2.4.2.9. Atuação dos professores da pós-graduação <i>stricto sensu</i> no ensino de graduação.					x	
2.4.2.10. Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>stricto sensu</i> e graduação.				x		

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 10 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 2.4

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.4:
<ul style="list-style-type: none">• Coerência entre as práticas implementadas na pós-graduação <i>lato sensu</i> com as políticas estabelecidas no PDI.• Autorização e reconhecimento dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> pelos órgãos competentes (CAPES).• Existência de vinculação entre a oferta de cursos especialização e a formação com as necessidades regionais• Reconhecimento e credenciamento de no mínimo 4 (quatro) cursos de Mestrado pelos órgãos competentes (CAPES).• Integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa dos departamentos e/ou dos programas <i>stricto sensu</i>.• Existência de programas de bolsa de fomento à formação acadêmico-científica (<i>stricto sensu</i>), regulamentados e institucionalizados (atuação permanente e consolidada).• Atuação dos professores da pós-graduação <i>stricto sensu</i> no ensino de graduação.
Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.4:
<ul style="list-style-type: none">• Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>lato sensu</i> com as metas do PDI.• Atuação dos professores da pós-graduação <i>lato sensu</i> no ensino de graduação.• Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>lato sensu</i> e graduação.• Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i> com as metas do PDI.• Reconhecimento e credenciamento de no mínimo 2 (dois) cursos de Doutorado pelos órgãos competentes (CAPES).• Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas (<i>stricto sensu</i>).• Existência de órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> adequadas a assegurar a infraestrutura, a logística, oferta de bolsas, suprimento de materiais, entre outros.• Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>stricto sensu</i> e graduação.
Recomendações da CPA:
<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer uma política para a expansão da pós-graduação <i>lato sensu</i>• Melhorar a integração das atividades (aulas magnas, palestras, seminários, fóruns de discussão, etc.) de pós-graduação (<i>lato sensu</i>*) com a graduação.• Estabelecer uma política para a expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i>• Criar um segundo curso de doutorado.• Qualificar o registro da produção científica da Universidade, desenvolver formação continuada para aperfeiçoamento do currículo <i>lates</i> e capacitar os docentes para publicação de trabalhos nas revistas indexadas.• Criar um vínculo maior entre <i>stricto sensu</i> com os cursos de graduação e em relação às unidades universitárias.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.4	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>lato sensu</i> com as metas do PDI.	Estabelecer uma política para a expansão da pós-graduação <i>lato sensu</i>	O PDI está sendo revisado sendo previsto no mesmo uma política de expansão que atenda as necessidades da FURB. Atualmente temos duas resoluções que norteiam tanto a questão didático-pedagógica e estrutural quanto as questões de pagamento de professores.
Atuação dos professores da pós-graduação <i>lato sensu</i> no ensino de graduação	Melhorar a integração das atividades (aulas magnas, palestras, seminários, fóruns de discussão, etc) de pós-graduação (<i>lato sensu</i> *) com a graduação.	Os cursos <i>lato-sensu</i> são criados dentro dos departamentos e, portanto, envolvem parte dos docentes neste e em outros departamentos.
Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>lato sensu</i> e graduação		A integração entre as atividades no <i>lato-sensu</i> e a graduação existe e é dependente dos objetivos gerados pelos departamentos na confecção de cada curso.
Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i> com as metas do PDI.	Estabelecer uma política para a expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	O PDI está sendo revisado sendo previsto no mesmo uma política de expansão que atenda as necessidades da FURB.
Reconhecimento e credenciamento de no mínimo 2 (dois) cursos de Doutorado pelos órgãos competentes (CAPES).	Criar um segundo curso de doutorado.	Atualmente a FURB conta com três cursos de doutorado.
Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas (<i>stricto sensu</i>).	Qualificar o registro da produção científica da Universidade. Desenvolver formação continuada para aperfeiçoamento do currículo <i>lates</i> ; Capacitar os docentes para publicação de trabalhos nas revistas indexadas.	Os cursos <i>stricto-sensu</i> na FURB tem experimentado um grande crescimento sendo reconhecido pela CAPES. Isto se traduz no aumento do conceito destes cursos. Este crescimento é resultado da coerência nas atividades que envolvem as linhas de pesquisa praticadas e no aumento significativo da produção científica.
Existência de órgãos responsáveis pela coordenação das atividades e das políticas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> adequadas a assegurar a infraestrutura, a logística, oferta de bolsas, suprimento de materiais, entre outros.	Criar um vínculo maior entre <i>stricto sensu</i> com os cursos de graduação e em relação às unidades universitárias.	A dinâmica de funcionamento das atividades de <i>stricto-sensu</i> na FURB resulta da interação dos programas com a PROPEX, sendo definidas no Conselho Técnico de Pós-Graduação, representado pelos coordenadores de programas e PROPEX. Os recursos necessários são em grande parte constituídos de valores no FUNAPES e no PROAP.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.4	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Realização de atividades integradas entre pós-graduação <i>stricto sensu</i> e graduação.		Atualmente a integração entre <i>stricto-sensu</i> e graduação tem sido realizada através de bolsas de Iniciação Científica. Alguns programas têm experimentado outras formas de integração, mas são ainda incipientes.

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 2.4:

4 - Comentários da CPA:

No que tange às **políticas institucionais para cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e suas formas de operacionalização**, cabe destacar que as ações relacionadas ao planejamento da expansão da pós-graduação não modificaram as fragilidades apontadas, pois se restringe ao estabelecimento de uma meta institucional no PDI.

Quanto ao *stricto sensu*, houve o reconhecimento e a autorização de programas de pós-graduação pelos órgãos competentes totalizando, no período 2009-2011, dois (2) doutorados aprovados pela CAPES. Assim, as ações tomadas sanaram as recomendações e as fragilidades apontadas pela CPA. No que se refere ao incremento da produção científica, salienta-se que as ações modificaram parcialmente o quadro, resultando em um avanço nesse aspecto.

Observou-se que alguns professores do *stricto sensu* também estão atuando na graduação. Além disso, existem, institucionalmente, programas de fomento à formação acadêmico-científica, para novas capacitações. Todavia, como aspecto deficitário na IES, assinala-se que a realização de atividades integradas entre os diversos níveis de ensino – graduação e pós-graduação – ainda não é uma prática estabelecida na FURB. Também não ficou evidenciada a existência de um setor responsável pelas políticas de pós-graduação *stricto sensu*, competente também para assegurar a infraestrutura, a logística, a oferta de bolsas e o suprimento de materiais das atividades desenvolvidas. Assim, a CPA entende que as ações não modificaram o quadro.

DIMENSÃO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 11 - Planilha Avaliativa - Dimensão 3

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.						
3.1.1 Coerência entre os objetivos dos projetos e programas de responsabilidade social no ensino (existência de componentes curriculares específicos, programas de nivelamento educacional mantidos pela FURB para estudantes egressos do Ensino Médio público) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).				x		
3.1.2. Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na pesquisa (existência de projetos de Pesquisa ou Iniciação Científica) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).				x		
3.1.3. Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na extensão (existência de projetos de Extensão sobre temas que impactam na melhoria da sociedade (inclusão digital, desenvolvimento econômico e social, defesa do Meio Ambiente, memória cultural, etc.)) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).					x	
3.2. Relações da IES* com a sociedade: setor público, setor privado e mercado de trabalho.						
3.2.1 Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social.					x	
3.2.2. Coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o setor produtivo.					x	
3.2.3. Coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o mercado de trabalho					x	
3.2.4. Participação de professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB.						x
3.2.5. Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social.						x
3.2.6. Programas e projetos de ensino, extensão e pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade.						x
3.2.7. Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino.					x	
3.2.8. Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de pesquisa.			x			
3.2.9. Prestação de serviços à comunidade a partir de atividades de extensão.				x		
3.2.10. Desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade.			x			

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
3.2.11. Oferta de cursos para o atendimento das necessidades sociais e desenvolvimento regional.						x
3.2.12. Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental					x	
3.2.13. Impacto das atividades da FURB, na área de responsabilidade social, tanto no ambiente interno como no ambiente externo.					x	
3.2.14. Políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade.			x			
3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.						
3.3.1. Mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes).				x		
3.3.2. Mecanismos de acesso e permanência dos servidores portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes).					x	
3.3.3. Acesso da comunidade externa à biblioteca.						x
3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do Meio Ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.						
3.4.1 Desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental				x		
3.4.2 Desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região.			x			

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 12 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 3

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 3:
<ul style="list-style-type: none"> • Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na extensão (existência de projetos de Extensão sobre temas que impactam na melhoria da sociedade (inclusão digital, desenvolvimento econômico e social, defesa do Meio Ambiente, memória cultural, etc.)) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI). • Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social. • Coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o setor produtivo. • Coerência entre as relações da FURB (políticas constantes nos documentos oficiais - PDI e PPI) com o mercado de trabalho. • Participação de professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB. • Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social. • Programas e projetos de ensino, extensão e pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade.

- Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino.
- Oferta de cursos para o atendimento das necessidades sociais e desenvolvimento regional.
- Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento socioambiental
- Impacto das atividades da FURB, na área de responsabilidade social, tanto no ambiente interno como no ambiente externo.
- Mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes).
- Mecanismos de acesso e permanência dos servidores portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes).
- Acesso da comunidade externa à biblioteca.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 3:

- Coerência entre os objetivos dos projetos e programas de responsabilidade social no ensino (existência de componentes curriculares específicos, programas de nivelamento educacionais mantidos pela FURB para estudantes egressos do Ensino Médio público) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).
- Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na pesquisa (existência de projetos de Pesquisa ou Iniciação Científica) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).
- Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de pesquisa.
- Prestação de serviços à comunidade a partir de atividades de extensão.
- Desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade.
- Políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade.
- Desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental
- Desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região.

Recomendações da CPA:

- Incentivar a criação de programas e projetos de responsabilidade social no ensino (nivelamentos aos calouros).
- Valorizar no PDI a ampliação de projetos de pesquisa com a responsabilidade socioambiental.
- Centrar esforços no sentido de aperfeiçoar a prestação de serviços à comunidade, a partir da atividade de pesquisa e extensão.
- Instigar os estudantes a ampliarem sua relação com a comunidade através dos centros acadêmicos.
- Realizar inventário das políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela FURB.
- Criar um núcleo de inclusão para ampliar as políticas de acessibilidade e permanência.
- Ampliar os projetos e ações de preservação da memória e do patrimônio cultural da região.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 3	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Coerência entre os objetivos dos projetos e programas de	Incentivar a criação de programas e projetos de responsabilidade	As deficiências em relação aos componentes curriculares com cálculos são frequentes nas Engenharias, onde há

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 3	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
responsabilidade social no ensino (existência de componentes curriculares específicos, programas de nivelamento educacional mantidos pela FURB para estudantes egressos do Ensino Médio público) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).	social no ensino (nivelamentos aos calouros).	oferta de disciplinas de Matemática Básica. Nas áreas de formação com exigência maior de produção de texto, há disciplinas específicas com o apoio do Núcleo de Estudos linguísticos (NEL). Está em discussão, no sentido de ampliação, a Resolução n. 17/2014, sobre a Política de Temas Transversais (PATT). Foi inserida como Meta do PDI "Introduzir componentes curriculares específicos para desenvolver a Responsabilidade Social no Ensino".
Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais na pesquisa (existência de projetos de Pesquisa ou Iniciação Científica) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI e PPI).	Valorizar no PDI a ampliação de projetos de pesquisa com a responsabilidade socioambiental.	Durante a revisão do PDI foram estabelecidas metas relacionadas à responsabilidade social e ambiental, inclusive relacionadas à pesquisa.
Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de pesquisa.	Centrar esforços no sentido de aperfeiçoar a prestação de serviços à comunidade, a partir da atividade de pesquisa e extensão.	Com a reorganização do Instituto FURB de Serviços e pesquisas (em 2012), os laboratórios passaram a ser gerenciados pelos departamentos. Assim, há prestação de serviços a partir de atividades de pesquisa.
Prestação de serviços à comunidade a partir de atividades de extensão.		A prestação de serviços via extensão já ocorre atualmente e tem se ampliado ano a ano. São inúmeros cursos, oficinas, atividades educativas, esportivas e culturais. Além disso, existem ações/atividades de assistência em volume vultoso, tais como os atendimentos na área da saúde e da prática jurídica, o Centro de Operação do Sistema de Alerta (CEOPS/FURB) e os grupos Culturais permanentes.
Desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade.	Instigar os estudantes a ampliarem sua relação com a comunidade através dos centros acadêmicos.	Observa-se mobilização estudantil para ampliação de suas relações com a comunidade. Exemplos: o Diretório Central dos Estudantes realiza o <i>DCE Solidário/Furb Visita</i> ; Centro Acadêmico de Engenharia Civil (CAEC) arrecadou alimentos para Casa São Simeão; Orientação Nutricional (Nutrição).
Políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade.	Realizar inventário das políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela FURB.	A partir da reorganização do Relatório de Atividades em 2010 (organizado pela COPLAN nas 10 dimensões do SINAES) foram solicitadas informações adicionais à DAEX, incluindo um levantamento das políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela FURB. Entende-se que a Universidade tem papel

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 3	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
		fundamental nas políticas relacionadas à desastres naturais, Resíduos Sólidos, ITCP, PET-SAÚDE, Mobilidade Urbana.
Mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais (temporárias e permanentes).	Criar um núcleo de inclusão para ampliar as políticas de acessibilidade e permanência.	O núcleo de inclusão para ampliação das políticas está criado e em funcionamento. Ainda, está previsto como meta no PDI: “Institucionalizar o Programa de Inclusão e Permanência Acadêmica (PIPA)”.
Desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental.	Ampliar os projetos e ações de preservação da memória e do patrimônio cultural da região.	A Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA) está sendo reestruturada. Por outro lado, vem sendo também organizada a inserção de componente curricular de educação ambiental (PATT). NO PDI está prevista como ação estratégica a “Implantação da Política de atendimento aos temas transversais”.
Desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região.		Durante a gestão atual, o Reitor João Natel (re)criou a Divisão de Cultura, que foi incluída na estrutura administrativa da FURB (Resolução nº 41/2011). Alguns projetos/ações de preservação da memória e do patrimônio cultural podem ser citados, como: Projeto de Restauro da Casa Salinger (COPLAN/ Divisão de Cultura); Projeto Kochkäse (PPGDR); Projeto do Distrito Turístico (Depto Arquitetura e Urbanismo), entre outros.

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 3:

--

4 - Comentários da CPA:

No que diz respeito à **coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais**, pode-se afirmar que as ações da Universidade sanaram quase totalmente as fragilidades apontadas pela CPA.

Já em respeito às **relações da FURB com a sociedade**, alguns aspectos melhoraram desde o último processo de autoavaliação. Embora os registros estejam desarticulados, é possível perceber o desenvolvimento de atividades dos centros acadêmicos com a comunidade, mesmo que eventuais. Com a reorganização do Instituto FURB de Serviços e pesquisas (em 2012), os laboratórios passaram a ser gerenciados pelos departamentos, mantendo o atendimento às demandas de análises (diversas) e levantamento de informações (pesquisas sociais) da comunidade/sociedade. Assim, pode-se concluir que as ações reduziram parcialmente as fragilidades.

Observa-se, ainda, um avanço no **desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região**. A FURB vem se envolvendo de forma significativa no desenvolvimento de projetos de preservação e restauração de edificações tombadas pelo patrimônio público (como, por exemplo, a Casa Salinger), lançando editais que possibilitam exposições culturais de diversos artistas da região, participando, por meio de representação, dos Conselhos de cultura e história do município (como o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural Edificado), enfim, reduzindo as fragilidades nesse indicador.

DIMENSÃO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 13 - Planilha Avaliativa - Dimensão 4

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.1. Ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais						
4.1.1. Existência de uma Política Institucional de Comunicação.				x		
4.1.2. Coerência entre a Política Institucional de Comunicação com as políticas constantes no PDI.		x				
4.1.3. Existência de informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros).					x	
4.1.4. Coerência entre as informações em meios digitais (site da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.					x	
4.1.5. Existência de informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros).					x	
4.1.6. Coerência entre as informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.					x	
4.1.7. Existência de informações em mídia eletrônica (rádio e televisão FURB).				x		
4.1.8. Coerência entre as informações divulgadas por mídia eletrônica com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.				x		
4.2. Comunicação interna e externa.						
4.2.1. Adequação do fluxo de comunicação interna entre os níveis da estrutura organizacional sobre as decisões institucionais.			x			
4.2.2. Presença da FURB na mídia.					x	
4.2.3. Divulgação (comunicação externa) de critérios de seleção e admissão de estudantes na FURB.					x	
4.2.4. Existência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos.			x			
4.2.5. Coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição.					x	
4.3. Ouvidoria.						
4.3.1. Existência de uma Ouvidoria.				x		
4.3.2. Existência de regulamentação institucional das atividades (funcionamento) da Ouvidoria.				x		
4.3.3. Disponibilidade de pessoal e infraestrutura adequados para o funcionamento da Ouvidoria.				x		

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 14 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 4

Pontos positivos que podem ser enfatizados nesta Dimensão:
<ul style="list-style-type: none">• Existência de informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros). Representação da FURB em entidades públicas e privadas.• Coerência entre as informações em meios digitais (site da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.• Existência de informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros).• Coerência entre as informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros) com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.• Presença da FURB na mídia.• Divulgação (comunicação externa) de critérios de seleção e admissão de estudantes na FURB.• Coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição.
Pontos frágeis que requerem melhoria:
<ul style="list-style-type: none">• Coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição.• Coerência entre a Política Institucional de Comunicação com as políticas constantes no PDI.• Existência de informações em mídia eletrônica (rádio e televisão FURB).• Coerência entre as informações divulgadas por mídia eletrônica com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.• Adequação do fluxo de comunicação interna entre os níveis da estrutura organizacional sobre as decisões institucionais.• Existência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos.• Existência de uma Ouvidoria• Existência de regulamentação institucional das atividades (funcionamento) da Ouvidoria.• Disponibilidade de pessoal e infraestrutura adequados para o funcionamento da Ouvidoria.
Recomendações da CPA:
<ul style="list-style-type: none">• Criar a Política Institucional de Comunicação a partir de um documento oficial norteador de todas as ações que envolvam a comunicação interna e externa• Ampliar a produção de conteúdo da IES junto às mídias eletrônicas (FURB TV, FURB FM), além de incrementar e melhorar a visibilidade da IES na sociedade.• Revisar a estrutura de comunicação interna da IES, melhorando o fluxo das informações.• Criar mecanismos institucionais para que a comunicação entre centros acadêmicos sejam efetivas.• Criar o regimento interno para contemplar as atividades da Ouvidoria, melhorar a infraestrutura tecnológica, visando à garantia das informações recebidas e enviadas e também

a geração de relatórios de desempenho. (a infraestrutura tecnológica não atende de forma eficiente, pois com o passar do tempo as informações (registros) podem se perder).

- Criar Protocolo do atendimento, para acompanhamento do reclamante.
- Registrar na ouvidoria a eficácia do serviço, ou seja, das ocorrências que a Ouvidoria recebe quantas são solucionadas de fato.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 4	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Existência de uma Política Institucional de Comunicação.	Criar a Política Institucional de Comunicação a partir de um documento oficial norteador de todas as ações que envolvam a comunicação interna e externa	Está sendo desenvolvida uma Política Institucional de Comunicação
Coerência entre a Política Institucional de Comunicação com as políticas constantes no PDI.		Na definição da Política Institucional de Comunicação deverá ter uma complementação que é o processo e as atividades a serem desenvolvidas por cada setor que envolve a comunicação da FURB
Existência de informações em mídia eletrônica (rádio e televisão FURB).		Melhoria no sistema de comunicação interna, com melhores ferramentas no site da FURB, ampliando a participação da comunidade interna e externa na divulgação de ações, eventos e atos que acontecem no seu espaço. Esta ferramenta deve ser única em todos os meios de comunicação internos da IES.
Coerência entre as informações divulgadas por mídia eletrônica com as metas, objetivos e finalidades da FURB estabelecidas no PDI.	Ampliar a produção de conteúdo da IES junto às mídias eletrônicas (FURB TV, FURB FM), além de incrementar e melhorar a visibilidade da IES na sociedade.	<p>1- Os veículos de comunicação eletrônica estão passando pela reformulação exigida em função da digitalização do canal de televisão, o que também provocará a melhoria da estrutura da emissora de rádio, obrigando investimentos no aperfeiçoamento e treinamento de todo o corpo operacional das emissoras, o que acarretará melhorias na comunicação e transmissão dos sinais;</p> <p>2- Necessidade de retomar uma linha maior de programas com a maior participação dos cursos/centros/departamentos na divulgação do que juntamente com os alunos mostrar para a comunidade o que lá está sendo produzido, relacionar suas ações com a comunidade, mostrar a interação das suas ações com a sociedade.</p> <p>3- As emissoras educativas da FURB são veículos de comunicação da IES e para a IES divulgar TAMBÉM o que em tudo temos na FURB sendo feito nas pesquisas, extensão, relação com a sociedade divulgando de forma sempre isenta e desprovida de aspectos comerciais conquistando assim a confiabilidade junto ao seu público,</p>

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 4	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
		<p>diferentemente das emissoras comerciais.</p> <p>4- Através de seus noticiários e da veiculação dos institucionais a divulgação de tudo que é feito na FURB e seus organismos deve ser maciçamente divulgado para toda a comunidade onde seus sinais abrangem e se deve também fazer uso da parceria com a TV Cultura à qual somos afiliados.</p>
<p>Adequação do fluxo de comunicação interna entre os níveis da estrutura organizacional sobre as decisões institucionais.</p>	<p>Revisar a estrutura de comunicação interna da IES, melhorando o fluxo das informações.</p>	<p>Implementamos programas para todas as atividades (eventos) que envolvam os servidores da Universidade.</p> <p>Além de desenvolver materiais (email) para divulgar as ações desenvolvidas pela FURB aos servidores, também disponibilizamos esta informação via cartazes, para facilitar aos que não possuem acesso via internet (disponibilizando assim em todos os setores da Universidade).</p> <p>Estaremos revendo junto à Reitoria uma forma de melhorar a divulgação (além do FURB notícias), para que os servidores tenham melhor acesso às decisões institucionais. O ideal é fazer uma pesquisa com toda a comunidade interna para identificar as dificuldades em encontrar as informações e a partir disto desenvolver nova forma de comunicação interna (proposta para 2015)</p>
<p>Existência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos.</p>	<p>Criar mecanismos institucionais para que a comunicação entre centros acadêmicos sejam efetivas.</p> <p>Não é uma ação institucional. A organização discente deve partir dos próprios alunos bem como a forma (meios) de comunicação.</p>	<p>Temos um bom relacionamento com o Diretório Central dos Estudantes (presidência). Criamos, em conjunto, ações dirigidas especificamente aos estudantes (show Titãs). Participamos de todos os projetos que envolvam a FURB (estudantes junto ao diretório, tanto com materiais de apoio – criação, quanto orientações de procedimentos e material gráfico de comunicação (2014). Temos participação do DCE inclusive no INTERAÇÃO. Estamos desenvolvendo uma revista digital (2014) que visa justamente aproximar os alunos da Universidade (com a participação deles nas pautas).</p>
<p>Existência de uma Ouvidoria.</p>	<p>Criar um regimento interno para contemplar as atividades da Ouvidoria.</p>	<p>A Ouvidoria da FURB, como órgão de atendimento, proposição e atuando como canal de comunicação entre a Instituição e os usuários, focando sua atuação na mediação de conflitos (art. 15 da Lei Complementar nº 743, de 19 de março de 2010) - começou a funcionar em março de 2011.</p>
<p>Existência de regulamentação institucional das atividades (funcionamento) da Ouvidoria.</p>		<p>A Resolução nº 10/2012, de 29 de fevereiro de 2012, regulamenta a Ouvidoria da FURB.</p>

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 4	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Disponibilidade de pessoal e infraestrutura adequados para o funcionamento da Ouvidoria.	<p>Criar um Protocolo do atendimento, para acompanhamento do reclamante.</p> <p>Melhorar a infraestrutura tecnológica, visando à garantia das informações recebidas e enviadas e a geração de relatórios de desempenho.</p> <p>(A infraestrutura tecnológica não atende de forma eficiente, pois com o passar do tempo as informações (registros) podem se perder).</p> <p>Registrar na ouvidoria a eficácia do serviço, ou seja, das ocorrências que a Ouvidoria recebe quantas são solucionadas de fato.</p>	A Ouvidoria dispõe, hoje, de pessoal para o atendimento e acompanhamento diário dos reclamantes e tem registro de todas as ocorrências recebidas e solucionadas.

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 4:

Ações da Coordenadoria de Comunicação e Marketing:

- desenvolvemos encarte de JORNAL divulgando as ações de PESQUISA e EXTENSÃO desenvolvidas pela FURB (2014).
- criamos revista dos 50 anos da FURB com a evolução histórica da instituição em décadas (2014).
- criamos ações de endomarketing (dirigida especificamente aos servidores), a exemplo de dia das mães (com brindes entregues e msgs), dia dos pais, páscoa e dia do servidor.
- festa para as crianças (Natal), com o intuito de melhorar o relacionamento da Universidade com seus servidores.

4 - Comentários da CPA:

Quanto às **ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais**, não houve ação ou a ação não modificou as fragilidades. No período foi estabelecido um grupo de trabalho para elaborar a política de Comunicação para a

Instituição, cujo trabalho não foi concluído. O PDI, documento oficial da Universidade, não traz uma política para as comunicações, descrevendo apenas ações. A CPA considera que as fragilidades apontadas, quanto ao fato da instituição ter sua política de comunicação em um documento oficial (PDI), como não atendida.

Quanto a **comunicação interna e externa** observa-se que as ações que estão sendo apresentadas permitirão modificar parcialmente o quadro, reduzindo futuramente as fragilidades. A CPA considera uma boa iniciativa a proposta de se fazer uma pesquisa com a comunidade acadêmica a fim de identificar as dificuldades em encontrar as informações e, a partir disto, desenvolver nova forma de comunicação. No entanto, algumas intenções apresentadas no período avaliativo anterior não foram implementadas, como é o caso da central de eventos, do banco de dados dos centros acadêmicos, da reestruturação dos murais, além de uma nova e operante central de ex-alunos. Esses fatos sugerem a necessidade de maior monitoramento e ações sobre esses indicadores.

DIMENSÃO 5 - POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 15 - Planilha Avaliativa - Dimensão 5

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.						
5.1.1. Plano de carreira dos docentes implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas.						x
5.1.2. Plano de carreira dos servidores técnico-administrativo implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas.						x
5.1.3. Coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI.					x	
5.1.4. Coerência entre o plano de carreira dos técnico-administrativos e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI.					x	
5.1.5. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores docentes na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.				x		
5.1.6. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.				x		
5.1.7. Critérios claramente definidos de progressão na carreira do magistério superior (docente), regulamentados e efetivamente aplicados.						x
5.1.8. Critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados.					x	
5.1.9. Programas de assistência e melhoria à qualidade de vida com práticas consolidadas e institucionalizadas.				x		
5.1.10. Condições de trabalho docente de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		
5.1.11. Desenvolvimento profissional docente coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		
5.1.12. Condições de trabalho do corpo técnico-administrativo de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		
5.1.13. Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		
5.2. Formação do corpo docente.						
5.2.1. Nível de qualificação dos docentes.				x		
5.2.2. Relação (%) entre os docentes com formação em nível de Especialização e o total dos docentes. .				x		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.2.3. Relação (%) entre os docentes com Mestrado e o total dos docentes.				x		
5.2.4. Relação (%) entre os docentes com Doutorado e o total de docentes.				x		
5.3. Condições institucionais para os docentes.						
5.3.1 Existência de políticas de capacitação para os docentes com práticas consolidadas e institucionalizadas.			x			
5.3.2. Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente..			x			
5.3.3. Coerência entre as políticas de capacitação e de acompanhamento das atividades docentes com o estabelecido nos documentos institucionais.				x		
5.3.4. Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar docentes para cursar pós-graduação.					x	
5.3.5. Existência de critérios para participação docente em cursos de formação continuada com incentivo institucional		x				
5.3.6. Existência de critérios para participação docente em intercâmbios.				x		
5.3.7. Coerência da área de capacitação docente com os interesses institucionais.				x		
5.3.8. Promoção de cursos e seminários voltados para a formação pedagógica.					x	
5.3.9. Auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas.				x		
5.3.10. Assessoramento aos professores e coordenadores na elaboração e execução das atividades docentes.				x		
5.3.11. Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores.			x			
5.3.12. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.			x			
5.3.13. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.			x			
5.3.14. Envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão.						
5.3.15. Satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional.					x	
5.3.16. Satisfação dos professores em relação às condições de trabalho.					x	
5.3.17. Plano de carreira docente disponível (publicado) para a comunidade acadêmica.						x
5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.						

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.4.1. Coerência do perfil (formação e experiência) dos técnico-administrativos com as políticas constantes nos documentos institucionais. .					X	
5.4.2. Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB. .			X			
5.4.3. Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo.				X		
5.4.4. Existência de políticas ou projetos de capacitação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.					X	
5.4.5. Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar servidores técnico-administrativos para cursar graduação e pós-graduação.						X
5.4.6. Existência de critérios para participação de servidores técnico-administrativos em cursos de formação continuada.		X				
5.4.7. Relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários.			X			
5.4.8. Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.			X			
5.4.9. Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.					X	
5.4.10. Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.					X	
5.4.11. Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho.					X	

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 16 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 5

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 5:
<ul style="list-style-type: none"> • Plano de carreira dos docentes implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas. • Plano de carreira dos servidores técnico-administrativo implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas. • Coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI. • Coerência entre o plano de carreira dos técnico-administrativos e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI. • Critérios claramente definidos de progressão na carreira do magistério superior (docente), regulamentados e efetivamente aplicados.

- Critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados.
- Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar docentes para cursar pós-graduação.
- Promoção de cursos e seminários voltados para a formação pedagógica
- Satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional
- Satisfação dos professores em relação às condições de trabalho
- Plano de carreira docente disponível (publicado) para a comunidade acadêmica
- Coerência do perfil (formação e experiência) dos técnico-administrativos com as políticas constantes nos documentos institucionais.
- Existência de políticas ou projetos de capacitação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.
- Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar servidores técnico-administrativos para cursar graduação e pós-graduação.
- Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.
- Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.
- Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 5:

- Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores docentes na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.
- Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.
- Programas de assistência e melhoria à qualidade de vida com práticas consolidadas e institucionalizadas.
- Condições de trabalho docente de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.
- Desenvolvimento profissional docente coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.
- Condições de trabalho do corpo técnico-administrativo de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.
- Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.
- Relação (%) entre os docentes com Mestrado e o total dos docentes.
- Nível de qualificação dos docentes.
- Relação (%) entre os docentes com formação em nível de Especialização e o total dos docentes.
- Relação (%) entre os docentes com Doutorado e o total de docentes.
- Existência de políticas de capacitação para os docentes com práticas consolidadas e institucionalizadas.
- Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.
- Existência de critérios para participação docente em cursos de formação continuada com incentivo institucional.
- Existência de critérios para participação docente em intercâmbios.
- Coerência da área de capacitação docente com os interesses institucionais.
- Auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas.
- Assessoramento aos professores e coordenadores na elaboração e execução das atividades docentes.
- Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de

professores.

- Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores.
- Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.
- Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.
- Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.
- Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo.
- Existência de critérios para participação de servidores técnico-administrativos em cursos de formação continuada.
- Relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários.
- Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.

Recomendações da CPA:

- Aplicar os critérios de seleção e admissão regulamentados na instituição, evitando contratações emergenciais.
- Qualificar a seleção e admissão técnico-administrativos temporários.
- Desenvolver e implementar um processo seletivo para os técnicos-administrativos temporários, aos moldes do que ocorre com os PSPS.
- Ampliar os benefícios em seus programas, pois ficou constatado que boa parte destes benefícios são por força de lei (trabalhista). Implementar um “programa” de Qualidade de Vida.
- Elaborar laudos referente a segurança e saúde dos servidores em todos os ambientes da Instituição periodicamente.
- Pensar na formação institucional que tente incluir os servidores de forma geral (docentes e TA), para a perspectiva educacional (IES).
- Elaborar e aplicar uma **pesquisa de clima organizacional** na qual os servidores possam manifestar suas necessidades de desenvolvimento profissional.
- Lançar novos Editais que possibilite a saída dos docentes com apoio institucional para capacitação (titulação).
- Estabelecer metas de qualificação docente.
- Ampliar o número para saída para capacitação dos atuais Mestres para doutoramento.
- Criar condições para facilitar a capacitação a nível de mestrado e doutorado.
- Estabelecer, no PDI, os interesses institucionais para saídas (capacitação).
- Criar condições para que não existam professores com apenas a graduação.
- Lançar editais de concurso para o quadro, quando possível, respeitando a realidade de cada curso com exigência mínima de doutorado.
- Resgatar a elaboração dos Planos Departamentais, nos quais estão previstas as necessidades de Mestres e Doutores.
- Melhorar as ações voltadas para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.
- Criar critérios que estimulem participação docente em cursos de formação continuada.
- Melhorar as regras para participação docente em intercâmbios.
- Apoiar (através de formação) os docentes iniciantes na preparação do plano de ensino;
- Acompanhar os docentes (Assessoria Pedagógica), especialmente aqueles com mais dificuldade na prática em sala de aula. Para tanto, deve-se observar avaliação (realizada pelos

- alunos) e ouvidoria (reclamações).
- Revisar a Resolução de TI e de TPH, de modo que os docentes tenham previsto em sua carga horária um % de tempo para preparação, atualização de aulas, etc.
 - Evitar na instituição um número elevado de docentes emergenciais.
 - Consolidar a política de tempo integral (resolver o regime de trabalho dos TPH40).
 - Revisar a Resolução de TPH, de modo que os docentes tenham previsto em sua carga horária um % de tempo para preparação, atualização de aulas, etc.
 - Criar uma política/resolução que trate da adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.
 - Criar critérios para servidores técnico-administrativos participarem dos cursos de formação continuada.
 - Diminuir a relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários.
 - Aperfeiçoar programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 5	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores docentes na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.	Aplicar os critérios de seleção e admissão regulamentados na instituição, evitando contratações emergenciais.	Para docentes do quadro, existem as regras definidas no Plano de Carreira (Lei). Em 2012 foi aprovada a Resolução 34/2012 que dispõe sobre as normas para realização de Processo Seletivo Público e Simplificado para contratação de professor temporário para desenvolver atividades de ensino superior na FURB e dá outras providências.
Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.	Qualificar a seleção e admissão técnico-administrativos temporários. Desenvolver e implementar um processo seletivo para os técnicos-administrativos temporários, aos moldes do que ocorre com os PSPS.	Em 2013 houve a realização de concurso público para o quadro efetivo. Esta em estudo, desenvolver resolução para processo seletivo simplificado para vagas pontuais.
Programas de assistência e melhoria à qualidade de vida com práticas consolidadas e institucionalizadas.	Ampliar os benefícios em seus programas, pois ficou constatado que boa parte destes benefícios são por força de lei (trabalhista). Implementar um “programa” de	Em 2012 houve a aprovação pelo CONSUNI da criação do SESMT (Serviço Especializado em Saúde e Medicina do Trabalho); Em 2013 houve a realização de concurso para as vagas criadas para este setor e, ainda em 2014 haverá a consolidação do mesmo.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 5	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
	Qualidade de Vida.	Em 2013 houve a realização de uma pesquisa de qualidade de vida no trabalho aplicada aos servidores TAs, em cujo resultado serão propostas atividades em 2014 e 2015
Condições de trabalho docente de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.	Elaborar laudos referente a segurança e saúde dos servidores em todos os ambientes da Instituição periodicamente	Em 2012 houve a aprovação pelo CONSUNI da criação do SESMT (Serviço Especializado em Saúde e Medicina do Trabalho); Em 2013 houve a realização de concurso para as vagas criadas para este setor e, ainda em 2014 haverá a consolidação do mesmo.
Condições de trabalho do corpo técnico-administrativo de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.		
Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.	Pensar na formação institucional que tente incluir os servidores de forma geral (docentes e TA), para a perspectiva educacional (IES). Elaborar e aplicar uma pesquisa de clima organizacional na qual os servidores possam manifestar suas necessidades de desenvolvimento profissional.	Em 2012 foi aplicada a política de formação institucional através do Núcleo de Política de Formação (Resolução nº 60/2012). A partir disso, houve a proposta de atividades de formação institucional voltadas a realidade. Em 2013 foram inseridas atividades e formação com os temas transversais.
Desenvolvimento profissional docente coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.	Lançar novos Editais que possibilite a saída dos docentes com apoio institucional para capacitação (titulação).	Em 2014 houve a aprovação da nova resolução para capacitação (06/2014), instituindo as liberações para Doutorado de forma mais efetiva. Com o resgate dos planos departamentais, tem ficado mais claras as necessidades de formação docente.
Nível de qualificação dos docentes.	Estabelecer metas de qualificação docente.	
Existência de políticas de capacitação para os docentes com práticas consolidadas e institucionalizadas.	Ampliar o número para saída para capacitação dos atuais Mestres para doutoramento.	
Coerência entre as políticas de capacitação e de acompanhamento das atividades docentes com o estabelecido nos documentos institucionais.	Criar condições para facilitar a capacitação a nível de mestrado e	

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 5	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Coerência da área de capacitação docente com os interesses institucionais.	doutorado. Estabelecer, no PDI, os interesses institucionais para saídas (capacitação).	
Relação (%) entre os docentes com formação em nível de Especialização e o total dos docentes.	Criar condições para que não existam professores com apenas a graduação.	
Relação (%) entre os docentes com Mestrado e o total dos docentes.	Lançar editais de concurso para o quadro, quando possível, respeitando a realidade de cada curso com exigência mínima de doutorado	Os concursos para o quadro efetivo de docente foram retomados em 2011.
Relação (%) entre os docentes com Doutorado e o total de docentes.	Resgatar a elaboração dos Planos Departamentais, nos quais estão previstas as necessidades de Mestres e Doutores.	Em 2013 houve o resgate da elaboração dos planos departamentais e, em 2014 terão aprovação no CEPE.
Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.	Melhorar as ações voltadas para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.	Nova avaliação de ensino está sendo aplicada desde 2013 e, avaliação de outras atividades está em estudo.
Existência de critérios para participação docente em cursos de formação continuada com incentivo institucional	Criar critérios que estimulem participação docente em cursos de formação continuada.	Em análise constante no NUPOF
Existência de critérios para participação docente em intercâmbios.	Melhorar as regras para participação docente em intercâmbios	PROEN e CRI estão trabalhando em normativa.
Auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas.	Apoiar (através de formação) os docentes iniciantes na preparação do plano de ensino;	Semestralmente ocorrem atividades de formação nesta temática; Assessoria pedagógica tem contribuído nas Unidades Universitárias.
Assessoramento aos professores e coordenadores na elaboração e execução das atividades docentes.	Acompanhar os docentes (Assessoria Pedagógica), especialmente aqueles com mais dificuldade na prática em sala de aula. Para tanto, deve-	Assessorias pedagógicas tem atuado constantemente nas Unidades Universitárias. Nova resolução de TI aprovada em setembro de 2013 e em implantação

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 5	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
	<p>se observar avaliação (realizada pelos alunos) e ouvidoria (reclamações);</p> <p>Revisar a Resolução de TI e de TPH, de modo que os docentes tenham previsto em sua carga horária um % de tempo para preparação, atualização de aulas, etc.</p>	desde então.
Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores.	Evitar número elevado de docentes emergenciais.	Nova resolução de TI aprovada em setembro de 2013 e em implantação desde então.
Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.	Consolidar a política de tempo integral (resolver o regime de trabalho dos TPH40).	<p>Nova resolução de TI aprovada em setembro de 2013 e em implantação desde então.</p> <p>Necessidade de fazer previsão orçamentária para as novas vagas.</p>
Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.	Revisar a Resolução de TPH, de modo que os docentes tenham previsto em sua carga horária um % de tempo para preparação, atualização de aulas, etc.	Em discussão, para 2015 pretende-se propor nova resolução.
Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.	Criar uma política/resolução que trate da adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.	Na nova estrutura de gestão de pessoas aprovada em 2013 no Conselho Universitário há previsão de um setor para tratar destas questões, faltando apenas consolidar a estrutura.
Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo.		Deve-se apenas observar a natureza dos cargos para os quais houve concurso.
Existência de critérios para participação de	Criar critérios para servidores técnico-	Em análise constante no NUPOF

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 5	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
servidores técnico-administrativos em cursos de formação continuada.	administrativos participarem dos cursos de formação continuada.	
Relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários.	Diminuir a relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários	Em 2013 houve a realização de concursos para o quadro efetivo, preenchendo vagas ocupadas por técnicos temporários.
Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.	Aperfeiçoar programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.	Resolução em discussão no Conselho Universitário. Destaca-se que existe avaliação do servidor enquanto está no chamado Estágio probatório. Seminário: Entretanto, não existem programas e ações voltadas para acompanhar e avaliar os Servidores TA no período analisado (2009-2011).

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 5:

Em 2013 houve a aprovação da alteração da estrutura da DGDP no organograma da Instituição, passando a ser ligada diretamente à Reitoria, e, com a aprovação das estruturas de SESMT e NUPOF, cabe ainda a consolidação das ações de gestão de pessoas em um âmbito mais estratégico.

Em 2013 houve a realização de um grupo de preparação para a aposentadoria.

Houve uma aproximação maior com o ISSBLU no atendimento dos servidores em afastamento para tratamento de doenças;

Houve também a aplicação de uma pesquisa de qualidade de vida no trabalho com os servidores técnico-administrativos, sobre qual serão desenvolvidas ações em 2014.

Em 2014 houve o ingresso de 200 servidores para o quadro efetivo de técnico-administrativos e 19 docentes.

Na DAC/PROAD: reuniões periódicas com os servidores técnico-administrativos visando à melhoria contínua dos procedimentos dos serviços e das relações interpessoais.

4 - Comentários da CPA:

Quanto às recomendações referentes à **coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais**, as ações tomadas sanaram quase completamente as fragilidades apontadas pela CPA. No período, houve a reformulação do plano de carreira docente (Lei

Municipal nº 745/2010)², foi aprovada a Resolução nº 34/2012, que dispõe sobre as normas para realização de Processo Seletivo Público e Simplificado (PSPS) para contratação de professor temporário, e foram realizados concursos públicos para o quadro efetivo docente e técnico-administrativo. Houve a aprovação pelo CONSUNI da criação do Serviço Especializado em Saúde e Medicina do Trabalho, com profissionais contratados mediante concurso. A CPA lembra que estas ações estão recém-implantadas, havendo necessidade de tempo para conferir sua consolidação. Provavelmente, no próximo processo de autoavaliação, será possível observar se as ações realmente sanaram completamente as fragilidades apontadas.

Por outro lado, em se tratando especificamente da **formação do corpo docente**, os indicadores mostram a necessidade de melhoria do seu nível de qualificação, com pouca existência de condições institucionais para isso, tais como políticas de capacitação, acompanhamento e avaliação dos docentes da instituição. A formação continuada é precária, sem política institucionalizada para tal, conforme mostram os resultados. Embora exista satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional e às suas condições de trabalho, ainda há um bom caminho a ser trilhado e uma ampla possibilidade de melhoria nesses aspectos, a fim de que as ações ocorridas na prática estejam em plena concordância com o que está estabelecido nos documentos institucionais.

Situação semelhante é percebida em relação às **condições institucionais para a formação do corpo técnico-administrativo**. A universidade se destaca em relação ao nível de qualificação desse grupo e ao grau de satisfação desses servidores com seu nível de formação e suas condições de trabalho. No entanto, é preciso ampliar o acesso à formação continuada desses servidores. Assim, a CPA entende que as ações modificaram parcialmente o quadro, reduzindo as fragilidades.

No que tange aos critérios de seleção e admissão regulamentados na FURB, é necessária uma efetiva aplicação do que é previsto nos documentos institucionais, com ampliação do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos efetivos, com dedicação integral à instituição, evitando-se, quanto possível, as contratações emergenciais. Ainda, no caso de servidores técnico-administrativos temporários na instituição, é importante que se pense em uma forma de seleção mais qualificada e com maior grau de exigência sobre conhecimento das práticas institucionais. Portanto, as ações modificaram parcialmente o quadro, reduzindo as fragilidades.

² Disponível em <http://www.leismunicipais.com.br/>

DIMENSÃO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 17 - Planilha Avaliativa – Dimensão 6

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais						
6.1.1. Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária.				X		
6.1.2. Coerência da organização e da gestão institucional com as políticas constantes no PDI						X
6.1.3. Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB.				X		
6.1.4. Organização na condução dos processos de tomada de decisões.				X		
6.1.5. Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.				X		
6.1.6. Divulgação das decisões colegiadas para a comunidade universitária.				X		
6.1.7. Presença de espaço para representação dos alunos em órgãos da Universidade.						X
6.1.8. Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões.				X		
6.1.9. Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais.				X		
6.2. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.						
6.2.1. Existência de critérios para composição dos Conselhos Superiores..						X
6.2.2. Representatividade dos diversos segmentos nos Conselhos Superiores.						X
6.2.3. Funcionamento e autonomia dos Conselhos Superiores em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.						X
6.2.4. Regularidade do funcionamento dos Conselhos Superiores.						X
6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.						
6.3.1. Existência de critérios para composição dos colegiados dos cursos.						X
6.3.2. Regularidade do funcionamento dos colegiados de curso.				X		
6.3.3. Representatividade discente nos colegiados de curso.				X		
6.3.4. Representatividade dos docentes dos departamentos nos colegiados de curso.				X		
6.3.5. Funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.				X		

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
6.3.6. Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas.				x		

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 18 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 6

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 6:
<ul style="list-style-type: none"> • Coerência da organização e da gestão institucional com as políticas constantes no PDI • Presença de espaço para representação dos alunos em órgãos da Universidade. • Existência de critérios para composição dos Conselhos Superiores. • Representatividade dos diversos segmentos nos Conselhos Superiores • Funcionamento e autonomia dos Conselhos Superiores em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários. • Regularidade do funcionamento dos Conselhos Superiores. • Existência de critérios para composição dos colegiados dos cursos.
Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 6:
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária • Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB. • Organização na condução dos processos de tomada de decisões • Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões. • Divulgação das decisões colegiadas para a comunidade universitária. • Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões. • Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais. • Regularidade do funcionamento dos colegiados de curso • Representatividade discente nos colegiados de curso • Representatividade dos docentes dos departamentos nos colegiados de curso • Funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários. • Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas
Recomendações da CPA:
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar a toda comunidade universitária as Portarias e Resoluções da FURB; • Adequar a estrutura organizacional à gestão dos planos e objetivos e metas da instituição pode avançar a partir do redesenho de seus processos. • Definir, descrever/desenhar e documentar os processos. • Divulgar quais os documentos que compõem os processos; • Capacitar as pessoas envolvidas no fluxo de comunicação para registrar/protocolar eletronicamente e encaminhar as demandas. • Divulgar as decisões colegiadas (dar mais transparência); • Criar um sistema/arquivo/site que centralize as decisões colegiadas para facilitar a

consulta.

- Criar uma rede integralizada de informações para auxiliar a tomada de decisões. De acordo com a gestão superior estão disponíveis, todavia, podem ser melhorados.
- Definir o planejamento tático com metas e ações, cronograma (prazos) no PDI alinhados às finalidades e objetivos institucionais;
- Divulgar o calendário de reuniões dos colegiados;
- Inserir as atas das reuniões dos colegiados no ERP;
- Disponibilizar o calendário de reuniões do colegiado de curso para os centros acadêmicos (discentes) para que os mesmos possam ter uma participação efetiva.
- Disponibilizar o calendário de reuniões do colegiado de curso para os docentes para que os mesmos possam ter uma participação efetiva.
- Acrescentar as competências do colegiado de curso no Estatuto da Universidade (Resolução 35/2010).
- Aplicar sanções quando não se cumprem as decisões colegiadas.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 6	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária.	Disponibilizar a toda comunidade universitária as Portarias e Resoluções da FURB;	Está acessível por meio do Portal da Transparência, no site da FURB, o link “ Publicações legais ”, através do qual é possível acessar Portarias FURB, Portarias Unidades, Resoluções, Instruções Normativas, Editais, Licitações.
Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB.	Adequar a estrutura organizacional à gestão dos planos e objetivos e metas da instituição pode avançar a partir do redesenho de seus processos.	Os processos estão sendo mapeados pelo Escritório de Processos (subordinado à PROAD), com o intuito de identificar rupturas e redesenhar os processos.
Organização na condução dos processos de tomada de decisões.	Definir, descrever/desenhar e documentar os processos. Divulgar quais os documentos que compõem os processos;	
Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.	Capacitar as pessoas envolvidas no fluxo de comunicação para registrar/protocolar eletronicamente e encaminhar as demandas.	A partir de 2010, com a implementação do sistema ERP (Thema), os processos passaram a tramitar eletronicamente, inclusive atas, editais, concursos e demais documentos. Nesse sentido, a servidora Liane (CMU) periodicamente oferece capacitação para que os usuários saibam registrar/protocolar documentos no sistema.
Divulgação das decisões colegiadas para a comunidade	Divulgar as decisões colegiadas (dar mais	As decisões colegiadas (CEPE e CONSUNI) são divulgadas por meio de atas e pareceres dos processos. As

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 6	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
universitária.	transparência); Criar um sistema/arquivo/site que centralize as decisões colegiadas para facilitar a consulta.	demais decisões (atas de colegiados de centro, de departamento e de curso) devem ser protocoladas em meios eletrônicos (ERP) e disponível à toda comunidade.
Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões.	Criar uma rede integralizada de informações para auxiliar nas decisões. De acordo com a gestão superior estão disponíveis, todavia, podem ser melhorados.	Os registros e arquivos institucionais podem ser acessados via ERP ou via e-FURB.
Coerência e proatividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais.	Definir o planejamento tático com metas e ações, cronograma (prazos) no PDI alinhados às finalidades e objetivos institucionais;	Durante a revisão do PDI foram quantificadas metas e, estas, desdobradas em estratégias de ações, para as quais foram estabelecidos prazos, bem como indicadores de alcance das mesmas e responsáveis.
Regularidade do funcionamento dos colegiados de curso.	Divulgar o calendário de reuniões dos colegiados; Inserir as atas das reuniões dos colegiados no ERP;	
Representatividade discente nos colegiados de curso.	Disponibilizar o calendário de reuniões do colegiado de curso para os centros acadêmicos (discentes) para que os mesmos possam ter uma participação efetiva.	<ul style="list-style-type: none"> - A divulgação limita-se aos representantes dos vários cursos naquele colegiado, incluindo os representantes dos centros acadêmicos. - Na grande maioria não existe um calendário de reuniões, ocorrendo conforme a demanda. - É uma prática, na maioria dos colegiados de curso a colocação das atas de reunião no ERP.
Representatividade dos docentes dos departamentos nos colegiados de curso.	Disponibilizar o calendário de reuniões do colegiado de curso para os docentes para que os mesmos possam ter uma participação efetiva.	
Funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.	Acrescentar as competências do colegiado de curso no Estatuto da Universidade (Resolução 35/2010).	Não respondido
Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas.	Aplicar sanções quando não se cumprem as decisões colegiadas.	Não respondido

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 6:

4 - Comentários da CPA:

Quanto à **coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais**, observa-se que as ações apresentadas modificaram parcialmente o quadro, reduzindo as fragilidades. Neste período foi criado o Portal da Transparência, que permitiu o acesso público a documentos institucionais (Portarias, Resoluções, Instruções Normativas, Editais, Licitações). A implementação do sistema ERP (Thema), permitiu que os processos passassem a tramitar eletronicamente, inclusive atas, editais, concursos e demais documentos. A revisão do PDI também demonstrou a preocupação da gestão de ter suas políticas firmadas em documentos oficiais. O quadro só não foi mais favorável em decorrência de alguns processos ainda estarem sendo mapeados pelo Escritório de Processos (subordinado à PROAD), e pelo fato de que o PDI, apesar de ter sido aprovado no CONSUNI, ainda não foi colocado ainda em prática.

Quanto ao **funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso**, observa-se que não houve ações que modificassem a situação de forma a reduzir as fragilidades. Porém, a CPA observa que o funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos estão previsto no Regimento da instituição (Resolução 129/2001) e que ocorre um processo de divulgação das reuniões para os representantes do colegiado, apesar de não existir um calendário das reuniões. Elas ocorrem conforme demandas, sem prejuízo para a instituição. Algumas atas das reuniões dos colegiados de curso já estão inseridas no ERP, ficando disponíveis para consulta da comunidade interna (docentes e técnico-administrativos). A CPA entende que o quadro poderia ser mais favorável se as datas e as pautas fossem amplamente divulgadas para a comunidade universitária. De forma geral houve avanços nas ações apresentadas.

DIMENSÃO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

1 – Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 19 - Planilha Avaliativa - Dimensão 7

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
7.1. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.						
7.1.1. Participação da comunidade nas políticas de espaço físico.			x			
7.1.2. Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI).		x				
7.1.3. Coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).			x			
7.1.4. Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais				x		
7.1.5. Coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais.				x		
7.1.6. Existência de diretrizes de adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) nos documentos oficiais.			x			
7.1.7. Coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) e as políticas constantes nos documentos oficiais.				x		
7.1.8. Existência de diretrizes ao acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet nos documentos oficiais.				x		
7.1.9. Coerência entre a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet e as políticas constantes nos documentos oficiais.					x	
7.1.10. Existência de Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> nos documentos oficiais.		x				
7.1.11. Coerência entre a expansão e atualização dos <i>softwares</i> e as políticas constantes nos documentos oficiais.			x			
7.1.12. Existência de Plano de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores nos documentos oficiais.			x			
7.1.13. Coerência entre a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores e as políticas constantes nos documentos oficiais.			x			
7.1.14. Existência de um Plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais.		x				
7.1.15. Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas			x			

constantes nos documentos oficiais.					
7.1.16. Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais.				x	
7.1.17. Existência de Plano de aquisição, expansão e/ou atualização do acervo da Biblioteca, considerando as propostas pedagógicas dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares.					x
7.1.18. Coerência entre as práticas de aquisição, expansão e atualização do acervo coerentes com as Políticas constantes na instituição.					x
7.2. Instalações gerais: espaço físico					
7.2.1. Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza.				x	
7.2.2. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).				x	
7.2.3. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho).				x	
7.2.4. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores).					x
7.2.5. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes tempo integral (gabinete de trabalho)				x	
7.2.6. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: existência de espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos).				x	
7.2.7. Adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao aluno e Protocolo, tesouraria.					x
7.2.8. Adequação das instalações às condições de acesso para os portadores de necessidades especiais temporários e permanentes (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais).			x		
7.2.9. Adequação do espaço físico às atividades de extensão.				x	
7.2.10. Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.				x	
7.2.11. Existência e adequação de espaço de convívio da comunidade acadêmica.				x	
7.2.12. Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as normas de segurança).				x	
7.2.13. Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias.				x	
7.3. Instalações gerais: equipamentos					
7.3.1. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprio				x	

ou da FURB.						
7.3.2. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.						X
7.3.3. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprio ou da FURB						X
7.3.4. Adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos alunos (ensino, pesquisa e extensão).						X
7.3.5. Recursos audiovisuais e de multimídia em número suficiente para atender as necessidades docentes no desenvolvimento de suas atividades.						X
7.3.6. Rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas.						X
7.3.7. Adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes).		X				
7.3.8. Adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos, às atividades de ensino.						X
7.3.9. Adequação dos equipamentos de informática e dos laboratórios específicos às atividades de pesquisa.						X
7.3.10. Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.						X
7.3.11. Existência de equipamentos de segurança na FURB, principalmente disponíveis nos laboratórios e instalações especiais.						X
7.4. Instalações gerais: serviços						
7.4.1. Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) do espaço físico consolidadas e em funcionamento.						X
7.4.2. Práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado).						X
7.4.3. Existência na FURB de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas (reservas e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia; organização e reprodução de materiais didáticos; transporte para as atividades de campo).						X
7.4.4. Sinalização para facilitar o deslocamento interno.						X
7.4.5. Sinalização para acessar aos diversos campi.		X				
7.4.6. Disponibilidade de estacionamento com segurança.						X
7.4.7. Existência de um sistema de segurança interno (segurança patrimonial, iluminação e sinalizações de emergência, entre outros).						X
7.4.8. Conservação e manutenção das instalações sanitárias.						X
7.4.9. Materiais essenciais de higiene pessoal.						X
7.5. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.						

7.5.1. Instalações para o acervo da Biblioteca em condições de armazenagem que assegurem a sua conservação.					x	
7.5.2. Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais.				x		
7.5.3. Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo.				x		
7.5.4. Espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem às necessidades dos alunos e dos professores.					x	
7.5.5. Sistema informatizado para pesquisa do acervo, permitindo a consulta por, no mínimo, nome do autor, título e assunto.						x
7.5.6. Sistema informatizado de reserva de obras do acervo, inclusive pela internet.						x
7.5.7. Serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com restrições (justificadas) entre tipos de materiais e categorias de usuários, com controle sistematizado.						x
7.5.8. Existência de serviço de consulta a bases de dados disponíveis diretamente na FURB ou via acesso remoto a recursos de outras IES.						x
7.5.9. Horário de funcionamento da biblioteca compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados.					x	
7.5.10. Acesso a serviços de cópias de documentos internamente (ainda que não necessariamente no espaço físico da Biblioteca).						x
7.5.11. Existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas						x
7.5.12. Oferta de serviços de comutação bibliográfica no país e no exterior.						x
7.5.13. Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a).					x	
7.5.14. Número de servidores da biblioteca adequados ao número de usuários.						x
7.5.15. Formação dos servidores da biblioteca adequados para atendimento aos usuários (responsáveis pela biblioteca e principais serviços têm curso de biblioteconomia e auxiliares técnicos tem, no mínimo, ensino médio).						x

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 20 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 7

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 7:

- Coerência entre a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de Plano de aquisição, expansão e/ou atualização do acervo da Biblioteca, considerando as propostas pedagógicas dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares.
- Coerência entre as práticas de aquisição, expansão e atualização do acervo com as Políticas constantes na instituição.
- Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores).
- Adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao aluno e Protocolo, tesouraria.
- Existência de acesso à internet adequado ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprios, ou da FURB
- Recursos audiovisuais e de multimídia em número suficiente para atender as necessidades docentes no desenvolvimento de suas atividades
- Adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos, às atividades de ensino.
- Adequação dos equipamentos de informática e dos laboratórios específicos às atividades de pesquisa.
- Existência de equipamentos de segurança na FURB, principalmente disponíveis nos laboratórios e instalações especiais.
- Existência na FURB de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas (reservas e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia; organização e reprodução de materiais didáticos; transporte para as atividades de campo).
- Existência de um sistema de segurança interno (segurança patrimonial, iluminação e sinalizações de emergência, entre outros).
- Instalações para o acervo da Biblioteca em condições de armazenagem que assegurem a sua conservação.
- Espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem às necessidades dos alunos e dos professores.
- Sistema informatizado para pesquisa do acervo, permitindo a consulta por, no mínimo, nome do autor, título e assunto.
- Sistema informatizado de reserva de obras do acervo, inclusive pela internet.
- Serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com restrições (justificadas) entre tipos de materiais e categorias de usuários, com controle sistematizado.
- Existência de serviço de consulta a bases de dados disponíveis diretamente na FURB ou via acesso remoto a recursos de outras IES.
- Horário de funcionamento da biblioteca compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados.
- Acesso a serviços de cópias de documentos internamente (ainda que não necessariamente no espaço físico da Biblioteca).
- Existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas
- Oferta de serviços de comutação bibliográfica no país e no exterior.
- Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a).
- Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a).

- Número de servidores da biblioteca adequados ao número de usuários
- Formação dos servidores da biblioteca adequados para atendimento aos usuários (responsáveis pela biblioteca e principais serviços têm curso de biblioteconomia e auxiliares técnicos tem, no mínimo, ensino médio).

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7:

- Participação da comunidade nas políticas de espaço físico.
- Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI).
- Coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).
- Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais
- Coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de diretrizes de adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) nos documentos oficiais.
- Coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de diretrizes ao acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet nos documentos oficiais.
- Existência de Plano de expansão e atualização dos *softwares* nos documentos oficiais.
- Coerência entre a expansão e atualização dos *softwares* e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI).
- Existência de um plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais
- Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais.
- Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações
- Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários, acústica, iluminação.
- Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).
- Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho).
- Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: existência de espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos).
- Adequação das instalações às condições de acesso para os portadores de necessidades especiais temporários e permanentes (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais
- Adequação do espaço físico às atividades de extensão
- Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.
- Existência e adequação de espaço de convívio da comunidade acadêmica.
- Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as normas de segurança).
- Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias.
- Existência de acessos à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprios ou da FURB.
- Existência de acessos à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.

- Adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos alunos (ensino, pesquisa e extensão
- Rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas
- Adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes).
- Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.
- Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) dos espaços físicos consolidados e em funcionamento
- Práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado)
- Sinalização para facilitar o deslocamento interno
- Sinalização para acessar aos diversos Campi
- Disponibilidade de estacionamento com segurança.
- Conservação e manutenção das instalações sanitárias.
- Materiais essenciais de higiene pessoal.
- Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais.
- Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo.

Recomendações da CPA:

- Envolver a comunidade universitária no processo de elaboração do Plano Diretor de Espaço Físico.
- Envolver os usuários nas decisões relacionadas à Espaço Físico.
- Analisar se as competências dos Conselhos de Usuários dos campi I, II e III estão sendo aplicadas;
- Atender as demandas de Espaço físico existentes que chegam via protocolo eletrônico.
- Estabelecer uma política institucional de espaço físico (Plano Diretor)
- Estabelecer um plano de manutenção e conservação das instalações físicas.
- Estabelecer no orçamento um valor (%) e prazo para execução dos trabalhos de ampliação, modernização e recuperação das salas de aula e laboratórios.
- Institucionalizar as diretrizes (constar em documentos oficiais/ PDI), de adequação do Espaço Físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes);
- Elaborar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
- Definir no PDI metas de recuperação da infraestrutura laboratorial, definindo recursos e prazos para que as metas sejam atingidas;
- Prever no PDI e no Plano departamental um Plano específico de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores;
- Prever nos documentos oficiais um plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.
- Estabelecer no plano recursos e prazos.
- Disponibilizar legislação existente sobre segurança
- Elaborar uma normatização para segurança de laboratórios e instalações especiais da FURB.
- Incluir no PDI a política de segurança.
- Realizar um estudo (Laudo Ambiental) sobre as questões da acústica, iluminação, ventilação, etc,.. nas salas de aulas.
- Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para instalações de coordenadorias de cursos, chefias de departamentos, para docentes de Regime de Tempo Integral e para reuniões, conforme os indicadores de excelência na avaliação de cursos e

avaliação institucional (MEC).

- Melhorar a inclinação das rampas de acesso, colocar Braille nas salas (de ensino, administrativos, banheiros, etc.).
- Melhorar a adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais (na visão dos presentes no seminário somente o elevador é um equipamento adequado).
- Desenvolver políticas que assegurem a ampliação de Espaços Físicos para as atividades de extensão e de pesquisa.
- Propor no Plano Diretor de Espaço Físico a ampliação de espaço de convivência da comunidade acadêmica.
- Criar espaços alternativos para convivência; utilizar as áreas verdes da universidade com baixo impacto ambiental.
- Verificar a funcionalidade das instalações sanitárias no que tange a abertura de portas e aos usuários deficientes (altura da pia, por exemplo).
- Verificar a disponibilidade de acessos à rede e possibilidade de ampliação, especialmente no horário de maior utilização.
- Adequar o mobiliário aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes), conforme a necessidade.
- Promover, junto ao curso de graduação em Design, a elaboração de mobiliário adequado às necessidades dos PNE (T e P).
- Acompanhar as Ordens de Serviço geradas e registrar os serviços concluídos e em que prazos foram executados.
- Melhorar a sinalização dos campi, especialmente para deslocamento interno.
- Elaborar o Manual de Sinalização da Universidade, padronizando modelo, cores, etc, das placas.
- Considerar na sinalização a questão da internacionalização (outros idiomas) bem como de deficiências (Braille por ex.).
- Melhorar a Sinalização para acessar os diversos Campi.
- Divulgar e incentivar o uso do estacionamento da Max Hering (parceria da FURB) que geralmente não está lotado.
- Realizar periodicamente um levantamento sobre a conservação e as necessidades de manutenção das instalações sanitárias existentes.
- Adequar as instalações das bibliotecas setoriais (Campus II e III) ao padrão da Biblioteca Central (Campus I) para estudos individuais e em grupos.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Participação da comunidade nas políticas de espaço físico.	Envolver a comunidade universitária no processo de elaboração do Plano Diretor de Espaço Físico.	A comunidade universitária vem sendo sistematicamente envolvida no processo de elaboração do PDEFI, cuja responsabilidade está na COPLAN. A partir de um diagnóstico técnico, a equipe responsável fez um diagnóstico participativo por meio da aplicação de um questionário, no qual as demandas de intervenção nos campi foram apontadas pela comunidade universitária. Com base nesses apontamentos, a equipe realizou uma série de apresentações (fóruns

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
	<p>Envolver os usuários nas decisões relacionadas à Espaço Físico.</p>	<p>presenciais, virtuais, reuniões de colegiados, Pró-Reitorias, etc.), nas quais contribuições foram inseridas no PDEFI. O texto proposto para o PDI foi construído a partir das contribuições de todos os fóruns, reuniões e apresentações, cujo planejamento para 2014 e 2015 (objetivos, metas, responsáveis e prazos) teve como base as recomendações da CPA, bem como a proposta de planejamento da PROAD.</p>
	<p>Analisar se as competências dos Conselhos de Usuários dos campi I, II e III estão sendo aplicadas.</p>	<p>Os conselhos de usuários dos campi I e III não foram efetivados, não tendo ocorrido nenhuma reunião.</p> <p>O conselho do campus II reúne-se sem regularidade.</p> <p>Algumas das atribuições definidas para o Conselho, em portaria, são de fato executadas pela COPLAN, tais como:</p> <p>b) elaborar a proposta da política de ocupação, manutenção e expansão física do Campus, submetendo-a à aprovação da Reitoria;</p> <p>c) levantar, junto aos usuários do Campus, necessidades de adequação do espaço físico para atendimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão/serviços e administração acadêmica.</p> <p>Tendo sido realizadas reuniões do PDEFI com os centros, colegiados e outras instâncias, entende-se que o processo participativo está mais amplo irrestrito.</p>
	<p>Atender as demandas de Espaço físico existentes que chegam via protocolo eletrônico.</p>	<p>A Instrução Normativa nº 003/2012, alterou a IN nº 001/2011, para solicitações de intervenção no Espaço Físico. A alteração definiu que tais solicitações devem ser realizadas pelo sistema de protocolo eletrônico, no ERP, como forma de permitir que os usuários possam acompanhar o trâmite de suas solicitações. Ainda, a definição de uma intervenção passa por consultas e reuniões com os envolvidos, além dos setores responsáveis, como DAC e COPLAN. As demandas protocoladas eletronicamente são distribuídas entre a DAC e a COPLAN, conforme o tipo de intervenção no espaço físico.</p> <p>Em 2012 foram 179 demandas protocoladas, dos quais 127 foram finalizados. Em 2013, foram finalizados 23 dos 93 protocolos existentes. Já em 2014, até junho, foram finalizados 4 pedidos, dos 12 protocolos. As demandas são atendidas de acordo com a disposição de espaço, mão-de-obra e recursos orçamentários.</p>

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI).	Estabelecer uma política institucional de espaço físico (Plano Diretor)	A COPLAN pretende aprovar o PDEFI da FURB, em construção desde 2012, ainda em 2014. Cabe destacar, no entanto, que a política está constante no PDI (CONSUNI Processo nº 17/2014); macrozoneamento (diretrizes gerais e princípios); diretrizes gerais de integração das políticas de espaço físico da Universidade com as políticas urbanas municipais: Distrito Universitário e Mobilidade; Diretrizes gerais para a política de espaço físico da Universidade; diretrizes gerais para a gestão da política de espaço físico da Universidade: elaboração, implantação e gestão do PDEFI.
Coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).		
Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais	Estabelecer um plano de manutenção e conservação das instalações físicas.	Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: “Institucionalizar Plano de Manutenção Preventiva e Conservação das instalações físicas.”.
Coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Estabelecer no orçamento um valor (%) e prazo para execução dos trabalhos de ampliação, modernização e recuperação das salas de aula e laboratórios.	Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: “Definir um processo sistemático de manutenção dos ambientes de aprendizagem (espaço físico).”.
Existência de diretrizes de adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) nos documentos oficiais.	Institucionalizar as diretrizes (constar em documentos oficiais/PDI), de adequação do Espaço Físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes);	Estabelecido como metas na revisão do PDI em 2014: “Adequar o Espaço Físico para atendimento dos discentes deficientes.”, com diversas ações previstas, inclusive “Readequação dos espaços da Biblioteca Central.”
Coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes) e as políticas constantes nos documentos oficiais.		As Políticas de Acessibilidade estão sendo formuladas a partir do núcleo de inclusão.
Existência de diretrizes ao acesso a equipamentos de informática, recursos	Elaborar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.	Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: “Institucionalizar o Plano Diretor de Tecnologias da Informação e

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
<p>audiovisuais, multimídia e internet e intranet nos documentos oficiais.</p> <p>Existência de Plano de expansão e atualização dos softwares nos documentos oficiais.</p> <p>Coerência entre a expansão e atualização dos softwares e as políticas constantes nos documentos oficiais.</p>	<p>Definir no PDI metas de recuperação da infraestrutura laboratorial, definindo recursos e prazos para que as metas sejam atingidas;</p>	<p>Comunicação – PDTIC”.</p>
<p>Existência de Plano de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores nos documentos oficiais.</p> <p>Coerência entre a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores e as políticas constantes nos documentos oficiais.</p>	<p>Prever no PDI e no Plano departamental um Plano específico de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores;</p>	<p>Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: “Institucionalizar Plano de expansão e/ou atualização de equipamentos dos laboratórios e demais setores de apoio ao ensino, pesquisa e extensão.”.</p>
<p>Existência de um Plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais.</p> <p>Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais.</p>	<p>Prever nos documentos oficiais um plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.</p> <p>Estabelecer no plano recurso e prazos.</p>	<p>Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: “Institucionalizar o Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos da FURB.”.</p>
<p>Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais.</p> <p>Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as</p>	<p>Disponibilizar legislação existente sobre segurança.</p> <p>Elaborar uma normatização para segurança de laboratórios e instalações especiais</p>	<p>Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: “Institucionalizar a Política de Segurança.”.</p>

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
normas de segurança).	da FURB. Incluir no PDI a política de segurança.	
Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza.	Realizar um estudo (Laudo Ambiental) sobre as questões da acústica, iluminação, ventilação, etc. nas salas de aulas.	Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: “Institucionalizar a Política de Segurança.”. (ação específica)
Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).	Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para instalações de coordenadorias de cursos, chefias de departamentos, para docentes de Regime de Tempo Integral e para reuniões, conforme os indicadores de excelência na avaliação de cursos e avaliação institucional (MEC).	Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para atender recomendações do MEC (avaliação).
Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho).		
Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes tempo integral (gabinete de trabalho)		
Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: existência de espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos).		
Adequação das instalações às condições de acesso para os portadores de necessidades especiais temporários e permanentes (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de	Melhorar a inclinação das rampas de acesso, colocar Braile nas salas (de ensino, administrativos, banheiros, etc.). Melhorar a adequação dos equipamentos e mobiliários aos	O projeto de Sinalização, sendo desenvolvido na COPLAN, contempla a inclusão do braile para atendimento dos deficientes visuais. Estabelecido como metas na revisão do PDI em 2014: “Adequar o Espaço Físico para atendimento dos discentes deficientes.”, com diversas ações previstas. “Readequação dos espaços da Biblioteca Central.”

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento, de acordo com as exigências legais).	portadores de necessidades especiais (na visão dos presentes no seminário somente o elevador é um equipamento adequado).	
Adequação do espaço físico às atividades de extensão.	Desenvolver políticas que assegurem a ampliação de Espaços Físicos para as atividades de extensão e de pesquisa.	A partir do desenvolvimento do PDEFI, será necessário promover ações estratégicas para a sua implementação, dentre elas: - Implantar política de consulta prévia de espaço físico para qualquer projeto de pesquisa e/ou extensão vinculado à instituição que necessite de novo espaço físico ou adaptação do existente (inclusive pela chegada de equipamentos, alteração de rede de infraestrutura);
Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.		
Existência e adequação de espaço de convívio da comunidade acadêmica.	Propor no Plano Diretor de Espaço Físico a ampliação de espaço de convivência da comunidade acadêmica. Criar espaços alternativos para convivência. Utilizar as áreas verdes da universidade com baixo impacto ambiental.	É um dos princípios para a Política de Espaço Físico Institucional da FURB, estabelecidos no PDI: - Humanização das ambiências institucionais, priorizando áreas de convivência; Estabelecido como ação na revisão do PDI em 2014: “Revitalizar e criar novos espaços de convivência”.
Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias.	Verificar a funcionalidade das instalações sanitárias no que tange a abertura de portas e aos usuários deficientes (altura da pia, por exemplo).	Estabelecido como ações na revisão do PDI em 2014: “Adequar as instalações para pessoas com deficiências (rampas, banheiros, entre outros).”; “Adequar a funcionalidade das instalações sanitárias aos usuários deficientes (altura da pia, no que tange a abertura de portas, etc.).”.
Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.	Verificar a disponibilidade de acessos à rede e possibilidade de ampliação, especialmente no horário de maior utilização.	Projetos técnicos de objetivam a expansão e melhorias foram elaborados e incluídos no planejamento estratégico da DTI para execução em 2014 e 2015. Reitoria e PROAD estudam formas de viabilização financeira/orçamentária para execução dos projetos. Essas melhorias estão previstas como metas e estratégias de ação no PDI (revisão 2013/2014) cuja vigência vai até 2015.
Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos chefes		

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.		
Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprio ou da FURB		
Adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos alunos (ensino, pesquisa e extensão).		
Rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas.		
Adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes).	Adequar o mobiliário aos portadores de necessidades especiais (temporários e permanentes), conforme a necessidade. Promover, junto ao curso de graduação em Design, a elaboração de mobiliário adequado às necessidades dos PNE (T e P).	As adaptações (principalmente de mobiliário) são executadas conforme a demanda ocorre (por exemplo: adaptação de cadeira para estudante de baixa estatura/anão). Nesses casos, ocorre o envolvimento dos cursos de Design, Arquitetura bem como a Coordenadoria de Assuntos Estudantis.
Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.	SEM RECOMENDACAO.	
Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) do espaço físico consolidadas e em funcionamento.	Acompanhar as Ordens de Serviço geradas e registrar os serviços concluídos e em que prazos foram executados.	As práticas de manutenção e conservação, tanto de espaço físico quanto de equipamentos, ocorrem a partir da geração de uma Ordem de Serviço (DAC). No caso de equipamentos são encaminhados para conserto externo.
Práticas consolidadas e em funcionamento		

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado).		
Sinalização para facilitar o deslocamento interno.	<p>Melhorar a sinalização dos campi, especialmente para deslocamento interno.</p> <p>Elaborar o Manual de Sinalização da Universidade, padronizando modelo, cores, etc, das placas.</p> <p>Considerar na sinalização a questão da internacionalização (outros idiomas) bem como de deficiências (Braile por ex.).</p>	<p>O Manual de Sinalização da FURB vem sendo elaborado pela COPLAN em parceria com o curso de Design e se encontra em fase de finalização. O mesmo deverá ser aprovado ainda em 2014.</p> <p>Estão sendo propostas melhorias na sinalização dos campi, para deslocamento interno e externo, bem como inserção do idioma inglês em todas as placas e braile na sinalização das portas.</p>
Sinalização para acessar aos diversos campi.	Melhorar a Sinalização para acessar os diversos Campi.	<p>Estão sendo propostas melhorias na sinalização para acessar os campi, deslocamento interno e externo, inclusive prevendo placas e totens externos.</p> <p>A sinalização viária depende de autorização e execução pelo executivo municipal.</p>
Disponibilidade de estacionamento com segurança.	Divulgar e incentivar o uso do estacionamento da Max Hering (parceria da FURB) que geralmente não está lotado.	Por meio de mensagens eletrônicas, a Divisão de Administração do Campus (DAC), envia mensagens para todos os usuários do campus 1 divulgando o estacionamento da Max Hering.
Conservação e manutenção das instalações sanitárias.	Realizar periodicamente um levantamento sobre a conservação e as necessidades de manutenção das instalações sanitárias existentes.	Estabelecido como ação na revisão do PDI em 2014: “Realizar periodicamente um levantamento sobre a conservação e as necessidades de manutenção das instalações sanitárias existentes.”.
Materiais essenciais de higiene pessoal.		
<p>BIBLIOTECA</p> <p>Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais.</p>	Adequar as instalações das bibliotecas setoriais (Campus II e III) ao padrão da Biblioteca Central (Campus I) para estudos individuais e em grupos.	Estabelecido como meta na revisão do PDI em 2014: “Atender espaços de estudos em grupo e individual nas Bibliotecas Setoriais com o padrão da Biblioteca Central.”.
<p>BIBLIOTECA</p> <p>Adequação das instalações (para número de usuários,</p>		

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo.		

4 - Comentários da CPA:

Quanto às recomendações feitas pela CPA referentes à **infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais**, observa-se que as ações tomadas sanaram quase completamente as fragilidades apontadas pela CPA. Com a revisão do PDI, em 2014, o documento definiu metas, ações e prazos para o período do plano em relação à infraestrutura física da instituição. Ressalta-se que algumas ações previstas no PDI, referentes à infraestrutura física, tiveram como base as recomendações da CPA. Como o documento foi aprovado no CONSUNI em 2014, até a próxima avaliação espera-se que a instituição tenha a sua infraestrutura física definida no seu principal documento e as fragilidades estejam, em sua grande maioria, sanadas.

Quanto às recomendações feitas sobre as **instalações gerais, espaço físico, equipamentos e serviços**, observa-se que as ações apresentadas modificaram parcialmente o quadro, permitindo reduzir parte das fragilidades. O PDI prevê metas e ações para melhorar ainda mais as instalações gerais, espaços físicos, equipamentos e serviços, porém são ações de médio e longo prazo. Muitas ações apresentadas no PDI dependem da criação de uma legislação complementar (planos, políticas e estratégias). A CPA considera positivo o fato de que as ações apresentadas pela instituição têm como referência as recomendações do processo de autoavaliação.

Quanto às recomendações feitas sobre a **biblioteca: acervo, serviços e espaço físico**, as ações apresentadas também modificaram parcialmente o quadro. A CPA entende que o fato de garantir como meta, no PDI, que as bibliotecas setoriais tenham futuramente o mesmo padrão da Biblioteca Central, é um passo importante. Porém, no período em questão, não houve uma redução das fragilidades apontadas, havendo necessidade de maior empenho no alcance da meta pela Instituição.

DIMENSÃO 8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 21 - Planilha Avaliativa - Dimensão 8

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
8.1. Planejamento Institucional						
8.1.1 Coerência entre o Planejamento Estratégico e/ou PDI e as ações desenvolvidas pela FURB.				x		
8.1.2 Articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral.			x			
8.1.3 Existência de metas no PDI e respectivo cronograma de execução.			x			
8.2. Autoavaliação institucional.						
8.2.1 Existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES.						x
8.2.2 Existência de política/ regulamentação institucional para o processo de autoavaliação.						x
8.2.3 Existência de um processo sistemático de autoavaliação institucional.						x
8.2.4. Existência de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) cuja composição é representativa da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e representações externas)						x
8.2.5. Conhecimento do processo de autoavaliação pela comunidade interna e externa			x			
8.2.6. Mecanismos de participação regular e sistemática da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos e alunos) nas etapas do processo de autoavaliação juntamente com a CPA.					x	
8.2.7. Informações correspondentes ao processo de autoavaliação acessíveis à comunidade acadêmica.						x
8.2.8. Divulgação dos resultados da autoavaliação para a comunidade acadêmica.						x
8.2.9. Coerência entre os resultados (conceitos) da Avaliação Externa e da autoavaliação.						x
8.2.10. Existência de estudos ou ações regulares que promovam a articulação entre os resultados das avaliações externas (MEC ou CEE/SC) com os da autoavaliação.			x			
8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações (interna e externa).						
8.3.1. Utilização dos resultados da autoavaliação institucional e das recomendações da CPA no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento da FURB.					x	
8.3.2. Utilização dos resultados da avaliação			x			

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
8.1. Planejamento Institucional						
8.1.1 Coerência entre o Planejamento Estratégico e/ou PDI e as ações desenvolvidas pela FURB.				x		
8.1.2 Articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral.			x			
8.1.3 Existência de metas no PDI e respectivo cronograma de execução.			x			
8.2. Autoavaliação institucional.						
8.2.1 Existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES.						x
8.2.2 Existência de política/ regulamentação institucional para o processo de autoavaliação.						x
8.2.3 Existência de um processo sistemático de autoavaliação institucional.						x
8.2.4. Existência de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) cuja composição é representativa da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e representações externas)						x
institucional externa (MEC ou CEE/SC) no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional.			x			
8.3.3. Utilização dos resultados da avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos alunos, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.			x			
8.3.4. Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de graduação no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.			x			
8.3.5. Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de pós-graduação lato sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.					x	
8.3.6. Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (CAPES) dos cursos de pós-graduação stricto sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos programas.					x	

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 22 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 8

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 8:
<ul style="list-style-type: none"> Existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES. Existência de política/ regulamentação institucional para o processo de autoavaliação. Existência de um processo sistemático de autoavaliação institucional. Existência de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) cuja composição é representativa da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e

representações externas).

- Mecanismos de participação regular e sistemática da comunidade acadêmica (servidores docentes e técnico-administrativos e alunos) nas etapas do processo de autoavaliação juntamente com a CPA.
- Informações correspondentes ao processo de autoavaliação acessíveis à comunidade acadêmica.
- Divulgação dos resultados da autoavaliação para a comunidade acadêmica.
- Coerência entre os resultados (conceitos) da Avaliação Externa e da autoavaliação.
- Utilização dos resultados da autoavaliação institucional e das recomendações da CPA no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento da FURB.
- Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de pós-graduação lato sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.
- Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (CAPES) dos cursos de pós-graduação stricto sensu no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos programas.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 8:

- Coerência entre o Planejamento Estratégico e/ou PDI e as ações desenvolvidas pela FURB.
- Articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral.
- Existência de metas no PDI e respectivo cronograma de execução.
- Conhecimento do processo de autoavaliação pela comunidade interna e externa.
- Existência de estudos ou ações regulares que promovam a articulação entre os resultados das avaliações externas (MEC ou CEE/SC) com os da autoavaliação.
- Utilização dos resultados da avaliação institucional externa (MEC ou CEE/SC) no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional.
- Utilização dos resultados da avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos alunos, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.
- Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de graduação no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.

Recomendações da CPA:

- Criar uma comissão permanente de elaboração e revisão do PDI, que tenha como atividade a proposição e acompanhamento das ações desenvolvidas pela FURB.
- Fomentar junto aos departamentos e centros a elaboração e a execução de seu planejamento;
- Monitorar o planejamento setorial;
- Fomentar a confecção e a execução dos planos departamentais pelos gestores responsáveis, a fim de que se possa trabalhar a partir dos resultados obtidos;
- Estabelecer prazos para as metas definidas no PDI e quantificá-las.
- Fomentar a divulgação e participação da comunidade universitária no processo de autoavaliação;
- Articular os resultados dos trabalhos da CPA com a COPLAN para que atuem em consonância visando o aperfeiçoamento da instituição.
- Incorporar os resultados da avaliação externa como base do planejamento institucional.
- Revisar o instrumento de avaliação do ensino;
- Incorporar os resultados da avaliação do ensino no planejamento dos cursos e das ações acadêmico-administrativas.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 8	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Coerência entre o Planejamento Estratégico e/ou PDI e as ações desenvolvidas pela FURB.	Criar uma comissão permanente de elaboração e revisão do PDI, que tenha como atividade a proposição e acompanhamento das ações desenvolvidas pela FURB.	A Portaria nº 1.102/2012 de 15 de Outubro de 2012, designa os membros da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional – COPERA-PDI da FURB.
Articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral.	Fomentar junto aos departamentos e centros a elaboração e a execução de seu planejamento; Monitorar o planejamento setorial. Fomentar a confecção e a execução dos planos departamentais pelos gestores responsáveis, a fim de que se possa trabalhar a partir dos resultados obtidos.	A partir da aprovação da Resolução nº 55/2013, que regulamenta o Regime de Trabalho de Tempo Integral – TI na FURB, ficou determinado o prazo de 25 de Março de 2014 para protocolo no ERP do Plano Departamental. Nesse sentido, a COPLAN prestou atendimento a todos os departamentos que solicitaram apoio na elaboração de seus Planos Departamentais. A partir da aprovação do PDI no CONSUNI, serão inseridos os objetivos estabelecidos no PDI nos Planos departamentais e no PPI, que ficaram “em branco” no Plano Departamental.
Existência de metas no PDI e respectivo cronograma de execução.	Estabelecer prazos para as metas definidas no PDI e quantificá-las.	O PDI da FURB está em revisão, tendo sido aprovado a Filosofia Institucional (Missão, visão e Valores) e as demais dimensões deverão estar aprovadas em Julho. Para cada dimensão foram propostos objetivos, metas, ações, responsáveis e prazos. Nesse sentido, pode-se afirmar que existem metas, foram quantificadas e com cronograma de execução.
Conhecimento do processo de autoavaliação pela comunidade interna e externa	Fomentar a divulgação e participação da comunidade universitária no processo de autoavaliação.	A divulgação do processo de autoavaliação se deu por mensagem eletrônica (e-mails), notícias no site, postagens em redes sociais (geral e em grupos da FURB). Contou-se com o apoio da CPA, da COPLAN e da CCM na divulgação dos seminários.
Existência de estudos ou ações regulares que promovam a articulação entre os resultados das avaliações externas (MEC ou CEE/SC) com os da	Articular os resultados dos trabalhos da CPA com a COPLAN para que atuem em consonância visando o aperfeiçoamento da instituição.	A COPLAN realizou, em 2012, um estudo sobre o alinhamento entre os indicadores de desempenho institucional externo e interno. Juntamente com a CPA foi realizada a revisão do instrumento de autoavaliação, aplicado no Processo de Autoavaliação 2009-2011.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 8	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
autoavaliação.		A CPA também compara os resultados obtidos nos processos de autoavaliação com o realizado em 2010 pelo CEE/SC.
Utilização dos resultados da avaliação institucional externa (MEC ou CEE/SC) no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas voltadas para o desenvolvimento institucional.	Incorporar os resultados da avaliação externa como base do planejamento institucional.	Os resultados da Avaliação Externa foram considerados na revisão das políticas e das metas do PDI.
Utilização dos resultados da avaliação do ensino (docentes, infraestrutura e do curso), realizada pelos alunos, no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.	Revisar o instrumento de avaliação do ensino. Incorporar os resultados da	O instrumento de avaliação do ensino sofre revisão durante o ano de 2013 para ser aplicado, como piloto, em 2014. A partir da avaliação realizada no primeiro semestre verificou-se a necessidade de ainda trabalhar no instrumento e aperfeiçoá-lo.
Utilização dos resultados da avaliação e das recomendações da comissão externa (MEC ou CEE/SC) dos cursos de graduação no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas dos cursos.	avaliação do ensino no planejamento dos cursos e das ações acadêmico-administrativas.	Há uma discussão em andamento visando uma maneira adequada de dar o <i>feedback</i> aos acadêmicos, envolvendo-os mais no processo de avaliação e estimulando-os a seguir participando. Acredita-se que a falta desse <i>feedback</i> é um dos motivos principais para a baixa participação dos acadêmicos no processo avaliativo.

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 8:

4 - Comentários da CPA:

Quanto às recomendações feitas pela CPA, referentes ao **Planejamento Institucional**, observa-se que houve apenas modificação parcial do quadro. A criação da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI, a exigência dos planos departamentais e a

existência de metas quantificadas e com cronograma de execução, demonstram que uma parte das fragilidades estão sendo trabalhadas.

No que se refere à **Autoavaliação Institucional**, observa-se também modificação parcial do quadro. A CPA tem registrado que muitas questões levantadas no processo de autoavaliação e de avaliação externa vêm sendo usadas no planejamento institucional. Porém, nem todas as metas definidas no PDI foram cumpridas, pois se trata de um processo em implantação.

Em relação aos estudos sobre o alinhamento entre os indicadores de desempenho institucional externo e interno, a comissão entende que as ações tomadas sanaram as fragilidades apresentadas pela CPA.

No que concerne ao **planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações (interna e externa)**, observa-se que houve modificação parcial do quadro. Os resultados da Avaliação Externa (2010) e interna (2009-2011) foram considerados na revisão das políticas e das metas do PDI. Por outro lado, apesar de ter havido uma revisão do instrumento de avaliação do ensino em 2013, existem problemas quanto à operacionalização desse instrumento, especificamente no que tange à participação dos estudantes no processo avaliativo e, também, à inexistência de um *feedback* adequado para eles. Sugere-se maior atenção às fragilidades apontadas pela CPA.

DIMENSÃO 9 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 23 - Planilha Avaliativa - Dimensão 9

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.						
9.1.1. Existência de programas de apoio aos discentes presentes nos documentos oficiais.				x		
9.1.2. Coerência entre as práticas de apoio ao discente com as políticas constantes nos documentos oficiais.			x			
9.1.3. Previsão de metas no PDI para os programas de apoio aos estudantes.				x		
9.1.4. Existência de uma política institucional para destinação de bolsas acadêmicas.				x		
9.1.5. Coerência entre a destinação de bolsas acadêmicas com as políticas constantes nos documentos oficiais.				x		
9.1.6. Política institucional para destinação de bolsas acadêmicas disponível para visualização e conhecimento da comunidade universitária.					x	
9.1.7. Política institucional de apoio e incentivo à organização dos estudantes em Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.					x	
9.1.8. Existência de uma política institucional para realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) que detalhem os mecanismos existentes para sua promoção.			x			
9.1.9. Coerência entre a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com as políticas existentes nos documentos oficiais.			x			
9.1.10. Existência de uma política institucional para acompanhamento dos egressos.			x			
9.1.11. Coerência entre as práticas de acompanhamento dos egressos com as políticas constantes nos documentos oficiais.				x		
9.1.12. Disponibilidade de informações da legislação acadêmica para toda comunidade universitária.				x		
9.2. Programas de apoio ao discente						
9.2.1. Programas permanentes voltados para o acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes.		x				
9.2.2. Pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes (orientação e aconselhamento).		x				
9.2.3. Pessoal disponível para assegurar a adaptação de discentes, especialmente ingressantes.		x				
9.2.4. Existência de programas de orientação e encaminhamento profissional.		x				

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
9.2.5. Proporção entre alunos inscritos nos programas de apoio aos estudantes e alunos beneficiados.					x	
9.2.6. Proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes.				x		
9.2.7. Critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.						x
9.2.8. Cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.						x
9.2.9. Práticas consolidadas e institucionalizadas de destinação de bolsas acadêmicas (mecanismos sistemáticos de desconto integral ou parcial concedido ao aluno pela FURB no pagamento de semestralidade ou mensalidade).					x	
9.2.10. Existência de bolsas de monitoria coerentes com as necessidades do curso.				x		
9.2.11. Existência de bolsas de pesquisa (em pós-graduação).					x	
9.2.12. Existência de bolsas de iniciação científica (PIPE/PIBIC).					x	
9.2.13. Existência de bolsas de extensão.				x		
9.2.14. Existência de bolsas de PET.			x			
9.2.15. Mecanismos de motivação capazes de promover a interação efetiva entre aluno e docente, e entre aluno e aluno (ex.: gincanas, feiras).			x			
9.2.16. Mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente (programas de nivelamento, de suficiência, de tutoria, de orientação acadêmica, entre outros).			x			
9.2.17. Funcionamento adequado e compatível do atendimento da população discente.				x		
9.3. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos e mobilidade.						
9.3.1. Realização sistemática de seminários e outros eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com espaço para apresentação da produção discente.					x	
9.3.2. Participação dos alunos nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados).				x		
9.3.3. Critérios definidos para a participação discente em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e estrangeiros.			x			
9.3.4. Existência de jornais e revistas acadêmicas que possuam espaço para publicação discente.			x			
9.3.5. Programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação.					x	
9.3.6. Ampla divulgação e igualdade de oportunidade para os membros da comunidade discente para mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais.						x
9.3.7. Relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio).						x

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
9.4. Condições institucionais para os discentes						
9.4.1. Critérios claros de seleção e matrícula disponíveis para a comunidade.					x	
9.4.2. Relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga).				x		
9.4.3. Relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de alunos por turma/curso).				x		
9.4.4. Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para efetivação de matrícula, transferência de turma e de turno, trancamento de matrícula e retorno.					x	
9.4.5. Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para solicitação de informações e requerimento de documentos estudantis.				x		
9.4.6. Acesso do discente ao manual do aluno e ao projeto pedagógico do curso.					x	
9.4.7. Oferta de serviços de informação específica ao aluno: estágios, alojamentos, transporte, informações acadêmicas, biblioteca, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros.						x
9.4.8. Existência de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos em funcionamento (ativos).					x	
9.4.9. Nível de participação dos estudantes nas associações (Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos) existentes.			x			
9.4.10. Mecanismos de relacionamento entre os dirigentes e os órgãos de gestão com os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.			x			
9.5. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.						
9.5.1. Ações para promoção de um relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.			x			
9.5.2. Mecanismo para criação de uma base de dados com informações atualizadas dos egressos da FURB.			x			
9.5.3. Mecanismos para avaliar a adequação do egresso para o mercado de trabalho.			x			
9.5.4. Mecanismo de utilização das opiniões para o aperfeiçoamento do processo de formação.			x			
9.5.5. Realização de curso de curta duração ou de especialização, elaborado de acordo com os interesses profissionais dos egressos.				x		
9.5.6. Realização de seminários e ou outros eventos voltados para a constante atualização dos egressos.			x			

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 24 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 9

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 9:
<ul style="list-style-type: none">• Política institucional para destinação de bolsas acadêmicas disponível para visualização e conhecimento da comunidade universitária.• Política institucional de apoio e incentivo à organização dos estudantes em Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.• Proporção entre alunos inscritos nos programas de apoio aos estudantes e alunos beneficiados.• Critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.• Cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.• Práticas consolidadas e institucionalizadas de destinação de bolsas acadêmicas (mecanismos sistemáticos de desconto integral ou parcial concedido ao aluno pela FURB no pagamento de semestralidade ou mensalidade).• Existência de bolsas de pesquisa (em pós-graduação).• Existência de bolsas de iniciação científica (PIPE/PIBIC).• Realização sistemática de seminários e outros eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com espaço para apresentação da produção discente.• Programas de mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, a partir de convênios de cooperação.• Relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio).• Critérios claros de seleção e matrícula disponíveis para a comunidade.• Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para efetivação de matrícula, transferência de turma e de turno, trancamento de matrícula e retorno.• Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para efetivação de matrícula, transferência de turma e de turno, trancamento de matrícula e retorno.• Oferta de serviços de informação específica ao aluno: estágios, alojamentos, transporte, informações acadêmicas, biblioteca, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros.
Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9:
<ul style="list-style-type: none">• Existência de programas de apoio aos discentes presentes nos documentos oficiais• Coerência entre as práticas de apoio ao discente com as políticas constantes nos documentos oficiais.• Previsão de metas no PDI para os programas de apoio aos estudantes• Existência de uma política institucional para destinação de bolsas acadêmicas• Coerência entre a destinação de bolsas acadêmicas com as políticas constantes nos documentos oficiais.• Existência de uma política institucional para realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) que detalhem os mecanismos existentes para sua promoção.• Coerência entre a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com as políticas existentes nos documentos oficiais.• Existência de uma política institucional para acompanhamento dos egressos.• Coerência entre as práticas de acompanhamento dos egressos com as políticas constantes nos documentos oficiais.• Disponibilidade de informações da legislação acadêmica para toda comunidade universitária.• Programas permanentes voltados para o acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes.• Pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes (orientação e aconselhamento).• Pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes

(orientação e aconselhamento).

- Existência de programas de orientação e encaminhamento profissional.
- Proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes.
- Existência de bolsas de monitoria coerentes com as necessidades do curso.
- Existência de bolsas de extensão
- Existência de bolsas de PET
- Mecanismos de motivação capazes de promover a interação efetiva entre aluno e docente, e entre aluno e aluno (ex.: gincanas, feiras,).
- Mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente (programas de nivelamento, de suficiência, de tutoria, de orientação acadêmica, entre outros).
- Funcionamento adequado e compatível do atendimento da população discente.
- Participação dos alunos nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados).
- Critérios definidos para a participação discente em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e estrangeiros
- Existência de jornais e revistas acadêmicas que possuam espaço para publicação discente.
- Relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga).
- Relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de alunos por turma/curso).
- Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para solicitação de informações e requerimento de documentos estudantis.
- Existência de Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos em funcionamento (ativos).
- Nível de participação dos estudantes nas associações (Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos) existentes.
- Mecanismos de relacionamento entre os dirigentes e os órgãos de gestão com os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.
- Ações para promoção de um relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.
- Mecanismo para criação de uma base de dados com informações atualizadas dos egressos da FURB.
- Mecanismos para avaliar a adequação do egresso para o mercado de trabalho
- Mecanismo de utilização das opiniões para o aperfeiçoamento do processo de formação.
- Realização de curso de curta duração ou de especialização, elaborado de acordo com os interesses profissionais dos egressos.
- Realização de seminários e ou outros eventos voltados para a constante atualização dos egressos.

Recomendações da CPA:

- Incluir nos documentos oficiais os programas de apoio aos discentes.
- Estabelecer metas no PDI para os programas de apoio aos estudantes.
- Deixar evidenciado a questão das bolsas e sua destinação.
- Oficializar a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos).
- Oficializar as políticas de acompanhamento dos egressos.
- Disponibilizar o PDI da FURB, bem como os Projetos Pedagógicos dos Cursos, regulamentações de monitoria, bolsas, etc;
- Disponibilizar o que rege especificamente a vida acadêmica na FURB;
- Contratar pessoal especializado para atender o estudante orientando/o nas dificuldades encontradas na vida acadêmica.

- Recontratar psicólogos para promover a integridade psicológica dos acadêmicos e orientações quanto à carreira a seguir.
- Analisar os recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes e remanejar da melhor forma possível.
- Propor um programa de adaptação dos discentes.
- Utilizar a disciplina Universidade, Ciência e Pesquisa como parte do processo de adaptação ao aluno (caracterizar a FURB, departamentos, cursos, etc.).
- Aumentar a disponibilidade de bolsas de monitoria para os cursos.
- Disponibilizar mais bolsas para o programa PET bem como para a extensão.
- Promover atividades que proporcionem a interação entre docentes e discentes.
- Institucionalizar programas de nivelamento em disciplinas como matemática, português, física, inglês.
- Ampliar a tutoria de alunos de graduação, de modo a incentivar a Iniciação Científica, mestrado, pesquisa, etc..
- Implementar protocolo de atendimento ao discente, que permita o acompanhamento.
- Capacitar os servidores que trabalham com atendimento (recepcionistas, atendentes da Praça de Atendimento ao Estudante), etc..
- Promover maior incentivo e divulgação de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos.
- Desenvolver mecanismos que possam expressar a efetiva participação da comunidade acadêmica em eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos.
- Apresentar critérios, de forma clara, para que a participação de discentes em eventos científicos de âmbito local e até internacional possa ser proporcionada.
- Oferecer espaço em mídia para que o discente interessado possa divulgar conteúdo relacionado a sua área, seja pesquisa ou extensão.
- Pesquisar se a relação candidato vaga está coerente com a demanda existente na região.
- Criar um setor de pesquisa (para demandas internas e externas) como imagem FURB, demandas de novos cursos, etc.
- Criar condições para que o acadêmico possa realizar o requerimento de documentos estudantis via sistema
- Incentivar a participação dos discentes nos seus respectivos centros acadêmicos.
- Promover a interação dos centros acadêmicos com os órgãos de gestão.
- Promover ações para fortalecer o relacionamento entre a FURB e seus egressos.
- Criar facilidades e oferecer cursos para que o egresso possa procurar a FURB no sentido de aprimorar seus conhecimentos, seja através de cursos de curta duração ou mesmo especialização ou mestrado.
- Criar um sistema que possa ser atualizado constantemente, onde informações sobre a situação no mercado de trabalho do egresso possam ser encontradas.
- Oferecer um canal de comunicação onde o egresso possa relatar os desafios e facilidades encontradas na vida profissional trazendo ao curso situações que promovam a discussão e elaboração da grade curricular.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Existência de	Incluir nos	Implantação do Programa de Inclusão e

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
programas de apoio aos discentes presentes nos documentos oficiais.	documentos oficiais os programas de apoio aos discentes.	Permanência Acadêmica (PIPA), presente no PDI que está em revisão.
Coerência entre as práticas de apoio ao discente com as políticas constantes nos documentos oficiais.		A Política de Inclusão está sendo desenvolvida pelo Comitê de Inclusão e Humanização.
Previsão de metas no PDI para os programas de apoio aos estudantes.	Estabelecer metas no PDI para os programas de apoio aos estudantes.	Já constam do PDI as metas estabelecidas para os programas de apoio.
Existência de uma política institucional para destinação de bolsas acadêmicas.	Deixar evidenciado a questão das bolsas e sua destinação.	No PDI em revisão estão descritas as modalidades de bolsas e sua regulamentação. Além disso, existe o Cadastro Socioeconômico, o qual qualifica os discentes com dificuldades para acesso às mesmas.
Coerência entre a destinação de bolsas acadêmicas com as políticas constantes nos documentos oficiais.		Distribuição de recursos vinculado à carência econômica.
Existência de uma política institucional para realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) que detalhem os mecanismos existentes para sua promoção.	Oficializar a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos).	Existe a MIPE ampliada, pois envolve além do resultados da iniciação científica também a extensão, licenciaturas, Par For, etc.
Coerência entre a realização de eventos (científicos, culturais, técnicos e artísticos) com as políticas existentes nos documentos oficiais.		A MIPE está prevista no PDI.
Existência de uma política institucional para acompanhamento dos egressos.	Oficializar as políticas de acompanhamento dos egressos.	No PDI está proposto como meta para ser atingida até 2015 “Promover relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos”, por meio das ações: a) Institucionalizar uma Política de Acompanhamento dos Egressos FURB; b) Criar uma base de dados com informações atualizadas dos egressos; c) Institucionalizar um canal de comunicação entre a FURB e os seus egressos.
Coerência entre as práticas de acompanhamento dos egressos com as políticas constantes		

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
nos documentos oficiais.		
Disponibilidade de informações da legislação acadêmica para toda comunidade universitária.	Disponibilizar o PDI da FURB, bem como os Projetos Pedagógicos dos Cursos, regulamentações de monitoria, bolsas, etc. Disponibilizar o que rege especificamente a vida acadêmica na FURB.	As informações (legislação) estão disponíveis no site da FURB. Também estão sendo realizadas intervenções em salas de aulas, na disciplina <i>Universidade, Ciência e Pesquisa</i> para esclarecer os estudantes. Ainda falta disponibilizar na página de cada curso o seu respectivo PPC.
Programas permanentes voltados para o acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes.	Contratar pessoal especializado para atender o estudante orientando/o nas dificuldades encontradas na vida acadêmica.	Existem os seguintes Programas: Inclusão e Permanência Acadêmica (PIPA) e Atendimento Educacional Especializado (PAEE).
Pessoal especializado disponível para promover a integridade psicológica de discentes (orientação e aconselhamento).	Recontratar psicólogos para promover a integridade psicológica dos acadêmicos e orientações quanto à carreira a seguir.	A CAE conta com uma equipe especializada, composta por dois psicólogos, dois assistentes sociais, uma assessora pedagógica e um profissional de apoio.
Existência de programas de orientação e encaminhamento profissional.		O DCE promove orientação vocacional.
Proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes.	Analisar os recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes e remanejar da melhor forma possível.	Através da análise socioeconômica os recursos são distribuídos de forma mais justa.
Pessoal disponível para assegurar a adaptação de discentes, especialmente ingressantes.	Propor um programa de adaptação dos discentes. Utilizar a disciplina <i>Universidade, Ciência e Pesquisa</i> como parte do processo de adaptação ao aluno (caracterizar a FURB, departamentos, cursos, etc.).	A recepção e integração dos calouros, as quais ocorrem nos dois períodos de ingresso anual e possibilitam que os novos estudantes conheçam a estrutura da Universidade, está regulamentada pela Resolução nº 004/2014, de 29 de janeiro de 2014. Estão sendo realizadas intervenções em salas de aulas, na disciplina <i>Universidade, Ciência e Pesquisa</i> para esclarecer os estudantes.
Existência de bolsas de monitoria coerentes com as necessidades	Aumentar a disponibilidade de bolsas de monitoria	A quantidade de monitores para cada curso está prevista em seu respectivo PPC. A contratação do monitor está sujeita a

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
do curso.	para os cursos.	disponibilidade orçamentária da Unidade.
Existência de bolsas de extensão.	Disponibilizar mais bolsas para o programa PET bem como para a extensão.	Quanto à extensão, a FURB dispõe de 700h bianal, previsto em documento, mais bolsa voluntária.
Existência de bolsas de PET.		Os editais são do MEC não sendo de competência da FURB. Depende dos grupos internos de participarem dos editais. Fica mais sob a responsabilidade dos cursos.
Mecanismos de motivação capazes de promover a interação efetiva entre aluno e docente, e entre aluno e aluno (ex.: gincanas, feiras).	Promover atividades que proporcionem a interação entre docentes e discentes.	Stammtich Universitário (DCE); Gincanas como a Rinha (Curso de Publicidade e Propaganda); Outros eventos como Mesas Redondas, entre outros.
Mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente (programas de nivelamento, de suficiência, de tutoria, de orientação acadêmica, entre outros).	Institucionalizar programas de nivelamento em disciplinas como, matemática, português, física, inglês. Ampliar a tutoria de alunos de graduação, de modo a incentivar a Iniciação Científica, mestrado, pesquisa, etc.	O CCT disponibiliza os Módulos de Matemática Básica. Parceria recente com o NEL para auxílio aos alunos com dificuldades em Português
Funcionamento adequado e compatível do atendimento da população discente.	Implementar protocolo de atendimento ao discente, que permita o acompanhamento. Capacitar os servidores que trabalham com atendimento (recepcionistas, atendentes da Praça de Atendimento ao Estudante), etc..	A implantação do acompanhamento do aluno já está em estudo. Consiste em um dossiê com registro de todos os atendimentos feitos aos alunos, bem como outras informações que sejam relevantes e mereçam registro (licença-maternidade, afastamento por doença, penalidades, etc). A DGDP oferece periodicamente formações que contemplem as atividades de atendimento ao público.
Participação dos alunos nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados).	Promover maior incentivo e divulgação de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos. Desenvolver mecanismos que possam espessar a efetiva participação da comunidade acadêmica em eventos	A CCM e Divisão de Cultura se empenham na divulgação dos eventos. Os eventos relacionados aos cursos são promovidos pelos respectivos Centros. Poderia sim haver no setor de eventos um consultor para orientar os setores responsáveis sobre a melhor forma de divulgação. O que se tem disponível hoje é uma assessoria no protocolo de abertura dos

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
	científicos, culturais, técnicos e artísticos.	eventos feita pela CCM.
Critérios definidos para a participação discente em eventos científicos e acadêmicos locais, regionais, nacionais e estrangeiros.	Apresentar critérios, de forma clara, para que a participação de discentes em eventos científicos de âmbito local e até internacional possa ser proporcionada.	Regulamento das AACCs de cada curso.
Existência de jornais e revistas acadêmicas que possuam espaço para publicação discente.	Oferecer espaço em mídia para que o discente interessado possa divulgar conteúdo relacionado a sua área, seja pesquisa ou extensão.	Já existem revistas internas na qual pode ser usada para os alunos publicarem.
Relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga).	Pesquisar se a relação candidato vaga está coerente com a demanda existente na região.	A pesquisa não foi realizada.
Relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de alunos por turma/curso).	Criar um setor de pesquisa (para demandas internas e externas) como imagem FURB, demandas de novos cursos, etc.	O IPS (agora denominado Unidade de Pesquisa, vinculado ao departamento de Matemática) existe para atender essas demandas.
Acesso do discente ao sistema de registro acadêmico para solicitação de informações e requerimento de documentos estudantis.	Criar condições para que o acadêmico possa realizar o requerimento de documentos estudantis via sistema	Já há uma variedade de documentos que o estudante pode acessar pela WEB. Ainda é necessário que a tramitação destes documentos possa ser feita <i>online</i> . A implantação deste depende do novo programa acadêmico que deverá ser iniciado ainda este ano (2014).
Nível de participação dos estudantes nas associações (Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos) existentes.	Incentivar a participação dos discentes nos seus respectivos centros acadêmicos.	Cabe aos Colegiados dos cursos incentivarem a participação dos alunos nos Centros Acadêmicos.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Mecanismos de relacionamento entre os dirigentes e os órgãos de gestão com os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos.	Promover a interação dos centros acadêmicos com os órgãos de gestão.	Já acontece devido a participação dos discentes nos órgãos colegiados da FURB (Departamentos, Colegiados, Conselho de Centro, CEPE, CONSUNI)
Ações para promoção de um relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.	<p>Promover ações para fortalecer o relacionamento entre a FURB e seus egressos.</p> <p>Criar facilidades e oferecer cursos para que o egresso possa procurar a FURB no sentido de aprimorar seus conhecimentos, seja através de cursos de curta duração ou mesmo especialização ou mestrado.</p>	Existe a Central de Ex-alunos mas é pouco divulgada e as facilidades oferecidas são poucas. Também há a possibilidade de oferta de cursos sequenciais, porém os Centros não tem demonstrado interesse nesse mercado. Os cursos de especialização oferecidos recentemente tem tido demanda razoável, apesar de muito pouco divulgados.
Mecanismo para criação de uma base de dados com informações atualizadas dos egressos da FURB.	Criar um sistema que possa ser atualizado constantemente, onde informações sobre a situação no mercado de trabalho do egresso possam ser encontradas.	Pode ser implementado com o novo programa (Sistema de Gestão Universitária).
Mecanismos para avaliar a adequação do egresso para o mercado de trabalho.		
Mecanismo de utilização das opiniões para o aperfeiçoamento do processo de formação.		
Realização de curso de curta duração ou de especialização, elaborado de acordo com os interesses profissionais dos egressos.	Oferecer um canal de comunicação onde o egresso possa relatar os desafios e facilidades encontradas na vida profissional trazendo ao curso situações que promovam a discussão e elaboração da grade curricular.	Sonho de consumo para os alunos egressos e a instituição. O que atrapalha um pouco é a preferência dos alunos deste mercado de ter novas opiniões, preferindo para estas formações professores diferentes dos que tiveram na graduação.
Realização de seminários e ou outros eventos voltados para a constante atualização dos egressos.		Não houve ações.

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 9:

4 - Comentários da CPA:

As políticas de atendimento a estudantes e egressos, no que concerne à relação entre os **atendimentos com o que está estabelecido em documentos oficiais**, não modificaram as fragilidades encontradas. Entretanto, com a inclusão de metas para o apoio aos estudantes e do programa de inclusão acadêmica, no PDI, este quadro tende a mudar.

Especificamente, a respeito de **programas de apoio discente**, alguns avanços foram verificados, como, por exemplo, o apoio psicossocial, o qual está sendo colocado em prática com psicólogos e assistentes sociais, além da assessoria pedagógica. Quanto à quantidade de bolsas, há ainda uma demanda a ser suprida. Tais ações indicam que o quadro foi modificado parcialmente, reduzindo as fragilidades.

Para os **programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos e mobilidade, bem como as condições institucionais para os acadêmicos**, há mudanças necessárias para reduzir as fragilidades, como, por exemplo, o incentivo à participação dos estudantes em eventos científicos culturais, disponibilização de espaço em jornais para os discentes exporem seus trabalhos e oferecimento de cursos e vagas para as demandas existentes na região. Por outro lado, a ampla divulgação de oportunidades aos discentes para mobilidade e intercâmbio nacionais e internacionais, assim como informações específicas aos estudantes, estágios, transporte, biblioteca, entre outros, vêm sendo cumpridas.

A respeito do **acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada**, não ocorreram ações que modificassem o atual quadro. As facilidades oferecidas aos egressos cadastrados na Central de Ex-alunos são pouco atraentes. Apesar desta situação, consta no PDI para 2015 a meta de promover relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos e institucionalizar uma política de acompanhamento dos egressos FURB.

DIMENSÃO 10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

1 - Resultados apresentados no Relatório de Autoavaliação concluído em dezembro de 2012, referente ao período 2009 a 2011.

Quadro 25 - Planilha Avaliativa – Dimensão 10

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
10.1. Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.						
10.1.1. Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais.				x		
10.1.2. Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI.				x		
10.1.3. Coerência entre a execução orçamentária e orçamento.			x			
10.1.4. Investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI.			x			
10.1.5. Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).			x			
10.1.6. Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).			x			
10.1.7. Coerência entre a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).				x		
10.1.8. Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento.			x			
10.2. Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.						
10.2.1. Distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias.						x
10.2.2. Diversificação das fontes de captação de recursos.			x			
10.2.3. Cumprimento das obrigações trabalhistas.						x
10.2.4. Pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses.						x
10.2.5. Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente.			x			
10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão						
10.3.1. Previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.						x
10.3.2. Previsão orçamentária para as áreas institucionais: cultura.						x
10.3.3. Previsão orçamentária para as áreas institucionais: gestão.						x
10.3.4. Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.				x		
10.3.5. Execução orçamentária para as áreas institucionais: cultura.			x			
10.3.6. Execução orçamentária para as áreas		x				

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
institucionais: gestão.						

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

2 – Pontos positivos, pontos frágeis e recomendações da CPA:

Quadro 26 – Pontos positivos e fragilidades da Dimensão 10

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 10: (4 e 5)
<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias. • Cumprimento das obrigações trabalhistas. • Pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses. • Previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão. • Previsão orçamentária para as áreas institucionais: cultura. • Previsão orçamentária para as áreas institucionais: gestão.
Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 10:
<ul style="list-style-type: none"> • Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais. • Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI. • Coerência entre a execução orçamentária e orçamento. • Investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI. • Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI). • Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI). • Coerência entre a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI). • Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento. • Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento. • Diversificação das fontes de captação de recursos. • Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente. • Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão. • Execução orçamentária para as áreas institucionais: cultura. • Execução orçamentária para as áreas institucionais: gestão.
Recomendações da CPA:
<ul style="list-style-type: none"> • Refinar a confecção da previsão orçamentária, analisando a real capacidade de executar a proposta orçamentária. • Apresentar um detalhamento do orçamento dos investimentos planejados. • Definir no PDI o projeto de modernização dos espaços, além de uma revisão anual em função dos avanços tecnológicos. • Prever nos documentos orçamentários e contábeis uma melhor separação entre os gastos com capacitação dos servidores e a concessão de benefícios aos dependentes,

estabelecendo metas e limites para cada caso.

- Promover, no processo de elaboração orçamentária, a participação da comunidade interna.
- Seguir o modelo “base zero”, para o processo orçamentário baseando-se nas ações planejadas para o exercício.
- Atualizar as fontes de captação de recursos;
- Encaminhar projetos de pesquisa aos órgãos de fomento;
- Captar recursos para execução de atividades de cultura (FITUB, Camerata, Etc.)
- Ampliar a prestação de serviços (remunerados) à comunidade.
- Definir o percentual ideal de comprometimento da folha de pagamento para cada curso.
- Planejar os custos de forma a manter/se, no máximo, em 65% das receitas correntes.

3 – Descrição das ações realizadas pela Gestão para superar as fragilidades identificadas na Autoavaliação referente ao período 2009-2011:

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 10	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Refinar a confecção da previsão orçamentária, analisando a real capacidade de executar a proposta orçamentária.	A partir da publicação do PDI (que está sendo revisado), as diretrizes e proposta orçamentária serão elaboradas e executadas com base nas políticas constantes nos documentos oficiais e na real capacidade.
Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI.		
Coerência entre a execução orçamentária e orçamento.		
Investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI.	Apresentar um detalhamento do orçamento dos investimentos planejados.	Atualmente a capacidade financeira não comporta novos investimentos. Desta forma, somente durante a execução orçamentária as eventuais sobras são aplicadas.
Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).	Definir no PDI o projeto de modernização dos espaços, além de uma revisão anual em função dos avanços tecnológicos.	No PDI (que está sendo revisado) constam as necessidades de modernização dos espaços físicos, e tanto o planejamento quanto a execução, considerarão estas propostas.
Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes		

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 10	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
nos documentos oficiais (PDI).		
Coerência entre a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).	Prever nos documentos orçamentários e contábeis uma melhor separação entre os gastos com capacitação dos servidores e a concessão de benefícios aos dependentes, estabelecendo metas e limites para cada caso.	Não está implementado.
Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento.	Promover, no processo de elaboração orçamentária, a participação da comunidade interna. Seguir o modelo “base zero”, para o processo orçamentário baseando/se nas ações planejadas para o exercício.	A elaboração do orçamento (detalhamento) ocorre nas unidades, sendo cada gestor responsável. O modelo “base zero” não é utilizado para o detalhamento do orçamento, são utilizados os históricos dos anos anteriores.
Diversificação das fontes de captação de recursos.	Atualizar as fontes de captação de recursos. Encaminhar projetos de pesquisa aos órgãos de fomento. Captar recursos para execução de atividades de cultura (FITUB, Camerata, Etc.). Ampliar a prestação de serviços (remunerados) à comunidade.	Fontes de recursos atualizadas.
Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente.	Definir o percentual ideal de comprometimento da folha de pagamento para cada curso. Planejar os custos de forma a manter-se, no máximo, em 65% das	Se fizermos uma análise dos custos c/ folha de pagamento em 2013 foi de 66,25%

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 10	Recomendações da CPA	Ações planejadas e/ou implementadas
	receitas correntes.	
Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.	Utilizar os planos de centro de custos (PCCs) para planejar e executar o orçamento (lançamento de receitas e despesas).	A FURB utiliza os planos de centro de custos (PCC ou Local), evidenciando a execução orçamentária (receitas e despesas) nas áreas institucionais ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão.
Execução orçamentária para as áreas institucionais: cultura.		
Execução orçamentária para as áreas institucionais: gestão.		

Outras ações implementadas para dar maior visibilidade e qualidade à Dimensão 10:

4 - Comentários da CPA:

Em relação às recomendações referentes à **coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela FURB com o estabelecido em documentos oficiais**, observa-se que as ações modificaram as fragilidades parcialmente. A instituição está preparando o orçamento a partir da participação dos gestores das unidades orçamentárias e com o acompanhamento da COPLAN. O orçamento é construído numa base histórica, ao invés da avaliação da necessidade efetivas de despesas e investimentos, ou seja, na técnica “base zero”. A instituição ainda está alinhando o planejamento estratégico/PDI ao planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA).

No PDI consta a modernização dos espaços físicos. Porém, trata-se de uma meta a ser alcançada, ou seja, a ação não modificou o quadro. Também não foram operacionalizadas ações com relação à recomendação de “prever nos documentos orçamentários e contábeis uma melhor separação entre os gastos com capacitação dos servidores e a concessão de benefícios aos dependentes”, estabelecendo metas e limites para cada caso.

Com relação à **sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos**, ainda há muito a ser realizado no que concerne à diversificação das fontes de recursos, pois a Universidade depende muito das receitas de ensino. Cabe destacar que o CONSUNI aprovou na sessão do dia 31 de Julho de 2014 a eliminação da meta de comprometer os custos com pessoal com o máximo de 65% das receitas correntes.

Em relação às **políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão** pode-se afirmar que as ações sanaram as fragilidades apontadas pela CPA, pois a execução orçamentária para as áreas de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão são controladas por centros de controle de custos, denominados na Instituição de PCC.

CONCLUSÕES DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO 2009-2011

Os resultados apresentados (ações planejadas e/ou implementadas) neste documento mostram que a Instituição tem trabalhado no sentido de que suas políticas e ações estejam previstas em seus documentos oficiais. Ficou claro, também, que a grande maioria das metas e ações previstas em seu PDI está alinhada com os resultados (recomendações) apresentados pela CPA em seus relatórios de autoavaliação.

A consolidação dessas novas políticas, ou seja, as suas implementações, ainda não ocorreram, em sua maior parte. A CPA entende que, tratando-se de ações recentes, há necessidade de tempo para que isso aconteça. Porém, observa-se que existe boa vontade por parte da instituição, pois quando se considera todo o período avaliativo da Comissão, as recomendações feitas em relatório anteriores foram, na maioria, consolidadas. Situações como a reformulação do plano de Carreira (Lei Municipal nº 745/2010), a criação da Resolução nº 34/2012, que dispõe sobre as normas para realização de Processo Seletivo Público e Simplificado para contratação de professor temporário, bem como a criação do SESMT (Serviço Especializado em Saúde e Medicina do Trabalho), são exemplos de que o processo de autoavaliação da instituição tem servido de referência para a boa gestão da universidade.

Por fim, lembramos que esse **Balanco Critico** fecha o ciclo de autoavaliação do período de 2009 – 2011, dentro do formato até então proposto pelo SINAES, no qual a instituição foi avaliada em dez dimensões. Nos futuros relatórios, a Universidade será avaliada dentro da nova proposta do MEC (Instrumento 2014), na qual as dez dimensões estão resumidas em cinco eixos.